

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

PIMES – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PAULO LUCIANO AYRES DE ALENCAR

**POBREZA NO NORDESTE DO BRASIL: UMA
ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL PARA O PERÍODO
2001 - 2009**

RECIFE - PE

2012

PAULO LUCIANO AYRES DE ALENCAR

**POBREZA NO NORDESTE DO BRASIL: UMA
ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL PARA O PERÍODO
2001 - 2009**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof.Dr. Raul da Mota Silveira Neto

RECIFE - PE

2012

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

A368p Alencar, Paulo Luciano Ayres de
Pobreza no nordeste do Brasil: uma análise multidimensional para o período 2001 - 2009 / Paulo Luciano Ayres de Alencar. - Recife : O Autor, 2012.
70 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Raul da Mota Silveira Neto.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2012.
Inclui bibliografia e apêndice.

1. Pobreza. 2. Nordeste. 3. Necessidades humanas. I. Silveira Neto, Raul da Mota (Orientador). II. Título.

339.46 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2012 – 0137)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

PIMES – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE
DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA
DE

PAULO LUCIANO AYRES DE ALENCAR

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o Candidato Paulo Luciano Ayres de Alencar **APROVADO**.

Recife, 26/10/2012.

.....

Prof. Dr. Raul da Mota Silveira Neto

Orientador

.....

Profª Dra. Tatiane Almeida de Menezes

Examinadora Interna

.....

Profª Dra. Gisléia Benini Duarte

Examinadora Externa/UFRPE

A minha mãe, Luciana Alencar, orientadora e educadora de vida. A minha esposa, Meg Reinaux, pelo amor e dedicação e a minha filha Melissa, razão de existir.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho apenas foi possível graças ao incentivo e colaboração de pessoas que foram e sempre serão fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal, pois sem elas jamais conseguiria atingir este feito.

Ao meu orientador, professor Raul Silveira pelas orientações sempre atenciosas e cuidadosas, estimulando-me a persistir e nunca desistir. Sem dúvida, agradeço imensamente pelas aulas estimulantes de macroeconomia na graduação e no mestrado em uma perspectiva sempre crítica e atual.

Aos amigos do Mestrado pelo compartilhamento dos momentos felizes e preocupantes de necessidade de superação e em especial aos colegas do grupo de estudo, Roberta Maria Ribeiro Aragão e Luís Jorge Lira Neto.

Agradeço também ao Grupo Hamburg Süd por estimular a realização deste curso de mestrado e à minha família pela compreensão e apoio no período de produção desta fase da vida acadêmica.

RESUMO

Este trabalho apresenta evidências a respeito da evolução da pobreza multidimensional no nordeste brasileiro a partir dos microdados da PNAD de 2001 e 2009. Especificamente, a pesquisa procura construir os indicadores de pobreza multidimensional para o nordeste brasileiro a partir dos seis fatores multidimensionais coletados através de informações reunidas na PNAD, seguindo a sugestão de Barros et al. (2003). Os resultados mostram grandes disparidades de desempenho entre as dimensões consideradas, embora a tendência geral seja de redução da pobreza.

Palavras-chave: pobreza, nordeste, necessidades humanas.

ABSTRACT

Adopting a multidimensional approach, this paper presents evidence about the evolution of poverty in Brazilian Northeast during the period 2001-2009. Following the suggestion of Barro et al. (2003), we consider six poverty dimensions. The results indicate significant improve in the conditions of life in the region. Nevertheless, it also shows that there were significant disparities related to the improvements in different dimensions of poverty.

Key-words: Multidimensional poverty, capabilities, human needs.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil da Miséria no Brasil - Ano 2010	30
Tabela 2: Retrato da Concentração de Renda no Brasil - Ano 2010	31
Tabela 3: Ausência de Vulnerabilidade	33
Tabela 4: Acesso ao conhecimento	34
Tabela 5: Acesso ao trabalho	35
Tabela 6: Disponibilidade de recursos	36
Tabela 7: Desenvolvimento infantil	36
Tabela 8: Condições habitacionais	37
Tabela 9: População Brasileira em 2009	38
Tabela 10: Produto Interno Bruto (PIB) em 2009	40
Tabela 11: PIB Regional - Ano 2009	40
Tabela 12: Brasil - Ano 2001	41
Tabela 13: Região Nordeste - Ano 2001	42
Tabela 14: Região Sudeste - Ano 2001	42
Tabela 15: Indicador sintético de pobreza da região Nordeste - Ano 2001	43
Tabela 16: Brasil - Ano 2009	45
Tabela 17: Região Nordeste - Ano 2009	45
Tabela 18: Região Sudeste - Ano 2009	46
Tabela 19: Indicador sintético de pobreza da região Nordeste - Ano 2009	46
Tabela 20: Dimensão de ausência de vulnerabilidade - Ano 2001 e 2009	49
Tabela 21: Dimensão de acesso ao conhecimento - Ano 2001 e 2009	50

Tabela 22: Dimensão de acesso ao trabalho - Ano 2001 e 2009	52
Tabela 23: Dimensão de disponibilidade de recursos - Ano 2001 e 2009	53
Tabela 24: Dimensão de desenvolvimento infantil - Ano 2001 e 2009	54
Tabela 25: Dimensão de condições habitacionais - Ano 2001 e 2009	56
Tabela 26: Indicador sintético de pobreza da região Nordeste – Ano 2001 e 2009	58
Tabela 27: Pernambuco - Ano 2001	65
Tabela 28: Ceará - Ano 2001	65
Tabela 29: Bahia - Ano 2001	65
Tabela 30: Alagoas - Ano 2001	66
Tabela 31: Maranhão - Ano 2001	66
Tabela 32: Piauí - Ano 2001	66
Tabela 33: Paraíba - Ano 2001	67
Tabela 34: Rio Grande do Norte - Ano 2001	67
Tabela 35: Sergipe - Ano 2001	67
Tabela 36: Pernambuco - Ano 2009	68
Tabela 37: Ceará - Ano 2009	68
Tabela 38: Bahia - Ano 2009	68
Tabela 39: Alagoas - Ano 2009	69
Tabela 40: Maranhão - Ano 2009	69
Tabela 41: Piauí - Ano 2009	69
Tabela 42: Paraíba - Ano 2009	70
Tabela 43: Rio Grande do Norte - Ano 2009	70
Tabela 44: Sergipe - Ano 2009	70

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1: Participação % das Regiões no Perfil da Miséria no Brasil - Ano 2010	30
Gráfico 2: Participação em % do Retrato da Concentração de Renda no Brasil - Ano 2010	31
Gráfico 3: Participação % dos Estados no PIB Regional - Ano 2009	41
Gráfico 4: Indicador Sintético da Região Nordeste - Ano 2001 Resultados	44
Gráfico 5: Indicador Sintético da Região Nordeste - Ano 2009 Resultados	47
Gráfico 6: Dimensão de ausência de vulnerabilidade – Ano 2001 e 2009	50
Gráfico 7: Dimensão de acesso ao conhecimento – Ano 2001 e 2009	51
Gráfico 8: Dimensão de acesso ao trabalho – Ano 2001 e 2009	52
Gráfico 9: Dimensão de disponibilidade de recursos – Ano 2001 e 2009	54
Gráfico 10: Dimensão de desenvolvimento infantil – Ano 2001 e 2009	55
Gráfico 11: Dimensão de condições habitacionais – Ano 2001 e 2009	56
Gráfico 12: Retrato da Pobreza no Brasil – Ano 2001 a 2009	57
Gráfico 13: Indicador sintético de pobreza da região Nordeste – Ano 2001 a 2009	59
Figura 1 – Figura 1: Mapa Geográfico do Nordeste Brasileiro	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDF – Índice de Desenvolvimento Familiar

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

PIB – Produto Interno Bruto

IPH – Índice de Pobreza Humana

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RNB – Rendimento Nacional Bruto

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
1.1	Justificativa e Relevância	16
2.	POBREZA MULTIDIMENSIONAL: DEFINIÇÕES E OPÇÕES METODOLÓGICAS	19
2.1	Introdução	19
2.2	Definições e Aspectos Gerais	22
2.3	Formas de Mensuração	23
3.	POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL	29
3.1	Introdução	29
3.2	Dimensões da Pobreza Multidimensional	32
3.2.1	Dimensão de Ausência de Vulnerabilidade	33
3.2.2	Dimensão de Acesso ao Conhecimento	34
3.2.3	Dimensão de Acesso ao Trabalho	35
3.2.4	Dimensão de Disponibilidade de Recursos	35
3.2.5	Dimensão do Desenvolvimento Infantil	36
3.2.6	Dimensão de Condições Habitacionais	37
4.	POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO NORDESTE	38
4.1	Introdução	38
4.2	Visões no Nordeste	39
4.3	Análise Multidimensional no ano de 2001	41
4.4	Análise Multidimensional no ano de 2009	44

4.5 Análise Multidimensional comparativa entre os anos de 2001 e 2009	48
4.5.1 Dimensão de Ausência de Vulnerabilidade	48
4.5.2 Dimensão de Acesso ao Conhecimento	50
4.5.3 Dimensão de Acesso ao Trabalho	51
4.5.4 Dimensão de Disponibilidade de Recursos	53
4.5.5 Dimensão do Desenvolvimento Infantil	54
4.5.6 Dimensão de Condições Habitacionais	55
4.6 Análise da Pobreza Multidimensional	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICE	65

1. INTRODUÇÃO

“Que é muito difícil você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos” (Ariano Suassuna).

O conceito de pobreza é um dos principais assuntos acompanhados pelos países em desenvolvimento, justamente porque para aumentar a taxa de crescimento destas economias emergentes é preciso melhorar sensivelmente este indicador.

Em relação à análise da população brasileira, são consideradas pobres àquelas famílias que possuem renda familiar de um salário mínimo, definindo assim a linha de pobreza; bem como, o valor de uma cesta básica para determinar a linha de miséria (Fava, 1984, p.105).

Notadamente, é necessário perceber que as atuais pesquisas sobre desenvolvimento buscam representar o padrão de vida numa abordagem multidimensional e que, além da renda, incorporam também condições habitacionais, disponibilidade de recursos e vulnerabilidade familiar.

Sob o ponto de vista familiar, perceber que tem papel fundamental também no desenvolvimento humano, haja vista que famílias bem estruturadas têm maiores possibilidades de obter ganhos de bem-estar na sociedade. Neste sentido, este estudo utiliza uma abordagem multidimensional para inferir sobre o desenvolvimento humano pela estimação do Índice de Desenvolvimento Familiar alicerçado por trabalho desenvolvido por Barros, Carvalho e Franco (2003) que tem a família como unidade de análise.

Diante destas percepções, ainda é preciso considerar que existem poucos trabalhos desenvolvidos sobre o tema da pobreza multidimensional na Região Nordeste, embora seja um assunto de extrema relevância para a definição de políticas públicas dos governos em suas unidades locais, regionais e federais.

Do mesmo modo, pode se transformar numa importante ferramenta de radiografia para promover a inclusão social da população de baixa renda, além de diagnosticar deficiências relevantes e destacar potencialidades importantes que necessitam ser mantidas e aperfeiçoadas ainda mais.

1.1 Justificativa e Relevância

A pobreza deve ser entendida como um fenômeno multidimensional, embora a insuficiência de renda tenha adquirido uma importância de destaque na definição do conceito de pobreza, pois se torna o meio necessário de acesso e manutenção do bem-estar. Naturalmente, para adquirir os produtos e serviços é preciso ter acesso aos recursos monetários e estes se tornam um item importante nesta definição.

Contudo, é importante perceber que há a necessidade constante de analisar o conceito de pobreza em função da agregação de diversas dimensões para a obtenção de uma medida escalar, na qual há a possibilidade de ordenar hierarquicamente as situações sociais definidas como prioritárias.

Até então, apenas o Produto Interno Bruto (PIB) era a unidade de medida utilizada para comparar países, estados e/ou municípios quanto ao objetivo de promover o desenvolvimento.

Com a criação dos Índices de Pobreza Humana (IPH-1 e IPH-2) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em meados da década de noventa (veja UNDP (1997, Capítulo 1)) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); no qual, este último, baseia-se em quatro indicadores como esperança de vida ao nascer, taxa de analfabetismo, taxa de matrícula combinada e renda per capita; houve, por conseguinte, a idéia de desenvolver um indicador escalar que sintetize todas as possibilidades de destaque da pobreza humana.

Com o objetivo de perceber esta possibilidade, este estudo prima pelo desejo de analisar a pobreza no Nordeste Brasileiro a partir de indicadores multidimensionais, utilizando-se como base os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) coletados nos anos de 2001-2009 e alicerçados pelo Índice de Desenvolvimento Familiar em trabalho desenvolvido por Barros, Carvalho e Franco (2003). Este índice permite calcular o grau de pobreza de cada família, bem como de quaisquer grupos demográficos, dados a linearidade e os pesos idênticos empregados nestas dimensões até o ponto de perceber o grau de pobreza de toda a população referenciada.

Vale destacar ainda que a grande vantagem deste método consiste justamente na possibilidade de mensurar cada indicador em separado e, posteriormente, agregá-lo em seus componentes e nas conseqüentes dimensões até atingir um índice sintético geral de

pobreza multidimensional. Ou seja, há uma flexibilidade analítica extremamente interessante e peculiar na mensuração dos atributos em vários contextos que permite também efetuar comparações específicas.

Não obstante, é interessante observar que faz uso de um único banco de dados, extraído da PNAD nos períodos de 2001 e 2009, que aumenta o grau de comparação.

Naturalmente, um indicador sintético de pobreza sempre será uma regra de escolha social, destacando quais as dimensões da pobreza são mais apreciadas e com que intensidade, haja vista as preferências da Sociedade. Neste estudo, a abordagem utilizada considera primeiramente as dimensões da pobreza para cada indivíduo, obtendo-se um indicador sintético de pobreza individual e, em um segundo momento, agrega-se um indicador global de pobreza como a média aritmética das pobrezas individuais.

Qualquer metodologia de cálculo de índice de pobreza exige que se defina quem é pobre e a intensidade desta pobreza em cada indivíduo, notadamente relacionando-se com a comparação de bem-estar dos indivíduos e a linha de pobreza considerável.

Com base nesta percepção, este estudo desenvolve-se sobre a seguinte linha de pesquisa que tem como objetivo geral analisar a pobreza no Nordeste Brasileiro a partir de indicadores multidimensionais, utilizando-se como base os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) coletados nos anos de 2001 e 2009.

Do mesmo modo, está fundamentado nos seguintes objetivos específicos, assim definidos: i) Construir os Indicadores de Pobreza Multidimensional para o Nordeste Brasileiro a partir dos seis fatores multidimensionais coletados através de Informações reunidas na PNAD; ii) Comparar o Grau Multidimensional de Pobreza dos Grupos mais vulneráveis no período de 2001 e 2009.

Desta maneira, esta dissertação foi dividida em três capítulos subseqüentes, a saber:

No capítulo seguinte sobre a pobreza multidimensional, expõe cuidadosamente um histórico conceitual sobre a pobreza, evidenciando a amplitude de análise das discussões mais tradicionais. Em seguida, destaca-se como este conceito ampliou-se para um sentido mais amplo e sob várias dimensões de análise. Antes de prosseguir para o capítulo seguinte, apresenta-se uma discussão sobre o que é necessário estabelecer para determinar um nível mínimo de bem-estar sobre o qual as pessoas são consideradas pobres.

No capítulo posterior, são analisadas as questões da pobreza, desigualdade e concentração de renda no Brasil, além de destacar as questões sob o ponto de vista regional. Neste momento, particularmente focado nas definições das dimensões, componentes e indicadores de mensuração da abordagem multidimensional para alcance do bem-estar familiar.

Por fim, avança-se no terceiro capítulo para o tratamento empírico no contexto da pobreza multidimensional aplicado ao Nordeste do Brasil, utilizando uma metodologia desenvolvida por Barros, Carvalho e Franco (2003) em que se mensura inicialmente o indicador sintético de pobreza multidimensional para o Brasil, Nordeste e para cada um dos nove estados da região nos anos de 2001 e 2009, além de realizar posteriormente uma comparação cuidadosa entre as dimensões com o objetivo de perceber a redução gradativa da pobreza multidimensional.

Por fim, estes resultados obtidos permitem estabelecer as considerações finais a respeito do tema, haja vista que o resultado positivo de combate à pobreza sob o ponto de vista multidimensional garante melhorias nas condições de vida das famílias.

2. POBREZA MULTIDIMENSIONAL: DEFINIÇÕES E OPÇÕES METODOLÓGICAS

“Se a Educação sozinha não pode transformar a Sociedade, tampouco sem ela a Sociedade muda” (Paulo Freire).

2.1 Introdução

O estudo do conceito de pobreza e de suas implicações tem sido motivo de análises constantes nas últimas décadas, sobretudo pelo destaque do tema e da definição de políticas econômicas para entender suas percepções. Neste princípio, o seu entendimento deve ser considerado não só pela renda monetária; mas, sobretudo, por questões relativas a várias dimensões dos indivíduos, grupos familiares e sociedade.

Segundo Amartya Sen (1983), a pobreza deve ser definida como uma privação das capacidades básicas do indivíduo e não tão somente como uma renda monetária inferior a um determinado nível pré-definido.

Contudo, as definições mais tradicionais de pobreza consideram o enquadramento dos indivíduos e/ou grupos familiares em três categorias, segundo Hagenaars e De Vos (1988), a saber:

- a) Pobreza Absoluta, quando o indivíduo tem menos do que o mínimo objetivamente definido como limite de renda inferior determinado pelo governo;
- b) Pobreza Relativa, quando o indivíduo tem menos do que o mínimo objetivamente definido como limite de renda inferior determinado pelo governo em relação aos outros indivíduos na sociedade;
- c) Pobreza Subjetiva, quando o indivíduo tem a percepção de ter o mínimo objetivamente definido como limite de renda inferior determinado pelo governo em relação aos outros indivíduos na sociedade.

Segundo este enquadramento, é preciso considerar então não apenas as definições claras e objetivas determinadas pelo governo, mas também a percepção a

qual o indivíduo se considera no grupo social em que está inserido. É preciso destacar ainda que deve haver por consequência a combinação de enquadramentos, nos quais os indivíduos e/ou grupos familiares pode ter a combinação destas definições.

A noção de pobreza, por conseguinte, não deve ser interpretada apenas pela medição do nível de renda e, a partir desta mensuração, classificar os indivíduos como pobres; mas, sobretudo, precisa considerar a privação de bens e condições de vida.

Já nas primeiras publicações dos Relatórios do Banco Mundial em meados da década de noventa sobre a definição de pobreza, percebe-se a relação entre nível de renda e qualidade de vida. Segundo o Relatório,

Define a pobreza como a incapacidade de manter um padrão de vida mínimo. Para tornar útil esta definição, três questões devem ser respondidas. Como medir o padrão de vida? O que significa um padrão de vida mínimo? E, tendo identificado os pobres, como expressar a severidade da pobreza na sociedade como um todo por uma única medida ou índice? (The World Bank, 1990, p.26).

Apenas após estas primeiras publicações, surgem também as primeiras discussões sobre os índices multidimensionais relacionando renda e qualidade de vida em um conceito mais amplo e de percepções mais gerais.

É preciso destacar que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em meados desta mesma década, lança as bases em seu Relatório de Desenvolvimento Humano do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que considera tanto o bem-estar como a pobreza como fenômenos multidimensionais e dependentes de políticas públicas direcionadas. Neste princípio, a pobreza passa a ser entendida não apenas como a restrição de renda, mas também como a falta de capacidades fundamentais para atingir o bem-estar social.

Ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano inclui indicadores de esperança de vida, escolaridade, acesso à água e a proporção de crianças abaixo do peso para sua idade, além da renda. Isso porque a conquista de bem-estar pressupõe o direito a uma existência longa e saudável e a uma qualidade de vida compatível com as últimas aquisições científicas e tecnológicas da humanidade.

Em educação, são considerados a média de anos de escolaridade e os anos de escolaridade esperados para as devidas faixas etárias. A longevidade leva em

consideração a expectativa de vida ao nascer, resumindo as condições de saúde e salubridade.

Quanto à renda, a partir do ano de 2010, esta começou a ser medida pelo RNB (Rendimento Nacional Bruto). É importante destacar outra alteração significativa em que a maneira de transformação dos três indicadores em um único índice passou a ser utilizada através do cálculo de média aritmética. Este índice oscila entre 0 e 1, no qual o valor máximo indica a melhor situação de bem-estar. Matematicamente, a fórmula do IDH pode ser assim representada:

$$IDH = \frac{IDHs + IDHe + IDHr}{3},$$

Nos quais,

IDHs é o índice de esperança de vida;

IDHe é o índice de acesso à educação e cultura;

IDHr é o índice de padrão adequado de vida segundo a renda.

A partir do IDH de cada país, o PNUD elabora um *ranking* que agrupa os países em quatro categorias. Os que obtém IDH até 0,499 possuem baixo desenvolvimento; entre 0,500 e 0,799, médio desenvolvimento; entre 0,800 e 0,899, alto desenvolvimento; e acima de 0,900 constituem os países com um desenvolvimento humano muito alto.

Notadamente, apesar das críticas a este indicador, o índice de Desenvolvimento Humano contribuiu substancialmente para o início das discussões sobre os programas de desenvolvimento. Deste modo, o conceito de pobreza continua sendo extremamente complexo e inter-relacionado, pois considera não só as necessidades econômicas, mas também fatores sociais que garantem a satisfação de necessidades fundamentais.

2.2 Definições e Aspectos Gerais

As visões sobre pobreza podem então ser divididas em medidas monetárias e não monetárias, nas quais as primeiras determinam a chamada linha de pobreza.

Segundo esta percepção, a abordagem monetária caracteriza-se pelo valor financeiro necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos, acrescido de capital suficiente para arcar com as despesas de vestuário, alimentação e moradia. De acordo com Hoffmann (2000), a definição de pobreza é importante para um país, haja vista que se torna um sinalizador de necessidades básicas a serem perseguidas e atendidas.

Em relação à análise da população brasileira, são consideradas pobres àquelas famílias que possuem renda familiar de um salário mínimo, definindo assim a linha de pobreza; bem como, o valor de uma cesta básica para determinar a linha de miséria (Fava, 1984, p.105).

Ou seja, considerando as dimensões continentais do Brasil, as medidas monetárias são importantes para analisar as disparidades regionais e determinar foco desenvolvimentista nos locais mais carentes onde há escassez monetária de bens e serviços para a população.

Por outro lado, a abordagem monetária também inclui indicadores de pobreza relativa, nos quais situa o indivíduo e/ou grupos familiares cujas rendas são inferiores a cerca 40% a 60% da renda média da sociedade, segundo Hoffmann (2000). Neste princípio, indivíduos absolutamente não pobres, mas relativamente pobres por se considerarem, dado o padrão de vida médio da população em que vivem, podem não ser estimulados à inter-relação social. Por conseqüência, não participam da vida econômica, política e grupal da sociedade em que estão inseridos, mesmo tendo todas as condições monetárias.

Nestas condições, apesar de absolutamente capazes, estes indivíduos tendem a desempenhar postura semelhante aos indivíduos absolutamente pobres ou que possuem renda familiar de um salário mínimo.

Por outro lado, a visão não-monetária de pobreza leva em consideração principalmente o bem-estar dos indivíduos e destes com o grupo social em que estão inseridos. Sem dúvida, uma maneira de entender a pobreza seria a partir de uma abordagem que considera essencial o acesso a alguns bens como transporte coletivo,

coleta de lixo regular, água potável e energia elétrica; além, naturalmente, de acesso à educação e saúde.

Por meio destes, as pessoas podem aumentar o bem-estar individual, além de almejar inserção social e desenvolvimento humano, pois são necessidades universais e decisivas para o desenvolvimento econômico dos grupos sociais, ou mesmo em uma escala mais ampla, de uma sociedade como um todo.

Além da abordagem monetária e não-monetária, é preciso considerar a percepção multidimensional da pobreza em suas variáveis e viés mais impactantes, haja vista que permite os governos traçarem um plano de ação equilibrado no que diz respeito fundamentalmente às questões econômicas e também sociais combinadas.

2.3 Formas de Mensuração

Com base no trabalho desenvolvido por Barros, Carvalho e Franco (2003) sobre o Índice de Desenvolvimento Familiar, para calcular o grau de pobreza de um indivíduo ou de um grupo social é necessário estabelecer um nível mínimo de bem-estar sobre o qual os participantes são considerados pobres para posteriormente mensurar a distância para a linha de pobreza convertidas em graus.

Deste modo, a literatura tem utilizado duas alternativas clássicas propostas por Chakravarty (1983) e também por Foster, Greer e Thornbecke (1984) na qual podem-se denotar por z o valor do indicador, expresso em múltiplos de linha de pobreza.

Assim, para Chakravarty (1983), o grau de pobreza do indivíduo seria considerado por $1 - z^\alpha$ com $0 \leq \alpha \leq 1$. No entanto, para Foster, Greer e Thornbecke (1984), o grau de pobreza deve ser dado por $(1 - z)^\alpha$, com $\alpha \geq 0$ para todo $z < 1$. Do mesmo modo, caso $z > 1$, o grau de pobreza será nulo em ambas as alternativas.

Dito isto, o desenho do Índice de Desenvolvimento Familiar ou Índice de Pobreza Multidimensional Familiar, como também pode ser conhecido, deve ser obtido a partir de informações da PNAD do ano de 2001 e 2009 e sua composição inclui 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores de perguntas que são realizadas às famílias, as quais devem responder sim ou não; nos quais, cada sim é computado como algo positivo e aumenta a pontuação da família na direção de um maior índice de

desenvolvimento. O intervalo considerado pode variar entre 0 (pior situação) e 1 (melhor situação).

As seis dimensões da condição de vida consideradas a partir dos dados da PNAD 2001-2009 e sintetizadas no Índice de Desenvolvimento Familiar são ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. Sendo assim, todas as dimensões básicas da condição de vida de uma família ou indivíduo são consideradas neste modelo desenvolvido por Barros, Carvalho e Franco (2003), com exceção das condições de saúde.

Por fim, é importante destacar que naturalmente cada um destas seis dimensões se subdividem em diferentes componentes para representá-las; os quais, são obtidos justamente a partir dos dados da PNAD 2001-2009.

É preciso obter inicialmente um indicador sintético de pobreza S para se definir a *forma de agregação*, a partir de uma série de indicadores básicos, a saber: $\{B_k : k = 1, \dots, m\}$, via

$$S = \sum_{k=1}^m w_k B_k$$

no qual w_k representa o peso dado ao indicador B_k . É preciso considerar que esta alternativa propõe que os componentes da pobreza são substitutos perfeitos e uma alternativa mais geral consideraria

$$S_\alpha = \left(\sum_{k=1}^m w_k B_k^\alpha \right)^{1/\alpha}$$

Contudo, como $S^* = (S_\alpha)^\alpha$ também é um índice de pobreza e $\{B_k^* : k = 1, \dots, m\}$ é um conjunto de indicadores, nos quais $B_k^* = (B_k)^\alpha$, logo

$$S^* = \sum_{k=1}^m w_k B_k^*$$

Redefinidos os indicadores básicos, as dimensões retornam a ser substitutas perfeitas. Ou seja, o grau de substitutibilidade entre os indicadores apenas pode ser determinado após os indicadores terem sido especificados. É preciso destacar ainda que como todos os indicadores assumem apenas os valores zero ou um, temos que $B_k = (B_k)^\alpha$ qualquer que seja α .

A *escolha dos pesos* depende da utilização específica que se deseja atribuir ao indicador sintético e como não há informações a cerca das preferências nos dados considerados da PNAD 2001-2009, uma alternativa é considerar todas as dimensões e seus componentes de maneira simétrica ou com mesmo peso. Assim, o indicador sintético fica definido a partir dos indicadores básicos:

$$S = \frac{1}{6} \sum_{k=1}^6 \left(\frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left(\frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right) \right)$$

onde, B_{ijk} denota o i -ésimo indicador básico do j -ésimo componente da k -ésima dimensão, m_k o número de componentes da k -ésima dimensão e n_{jk} o número de indicadores do j -ésimo componente da k -ésima dimensão. Logo,

$$S = \sum_{k=1}^6 \sum_{j=1}^{m_k} \sum_{i=1}^{n_{jk}} \frac{B_{ijk}}{6 \cdot m_k \cdot n_{jk}}$$

e

$$w_{ijk} = \frac{1}{6 \cdot m_k \cdot n_{jk}}$$

Então, indicadores básicos de componentes distintos apresentam geralmente pesos idênticos na medida em que o número de indicadores por componentes e o número de componentes por dimensão não são idênticos.

Vale informar que esta expressão gera, por consequência, indicadores sintéticos de pobreza específicos para cada um dos componentes de cada dimensão S_{jk} , assim como para cada uma das dimensões S_k via

$$S_{jk} = \frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk}$$

e

$$S_k = \frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} S_{jk} = \frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left(\frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right)$$

onde

$$S = \frac{1}{6} \sum_{k=1}^6 S_k$$

Por fim, este indicador sintético de cada componente S_{jk} é a média aritmética dos indicadores utilizados para representá-lo. Ao mesmo tempo, o indicador sintético de cada dimensão S_k é a média aritmética dos indicadores sintéticos de seus componentes

e o indicador sintético global \mathbf{S} é a média aritmética dos indicadores sintéticos das seis dimensões que o compõem.

A expressão acima é válida para cada família; contudo, para *agregar a pobreza das diversas famílias*, podemos indexar por \mathbf{f} e denotar sua pobreza por $\mathbf{S}(\mathbf{f})$. Neste caso, temos que se a pobreza da sociedade \mathbf{P} é dada pela média das famílias, então:

$$P = \frac{1}{F} \sum_f S(f)$$

onde, \mathbf{F} denota o número total de famílias da população. Logo, a pobreza da sociedade pode ser obtida dos indicadores básicos via

$$P = \frac{1}{F} \sum_f \left(\sum_{k=1}^6 \sum_{j=1}^{m_k} \sum_{i=1}^{n_{jk}} \frac{B_{ijk}(f)}{6 \cdot m_k \cdot n_{jk}} \right)$$

ou ainda realinhando a ordem dos somatórios, tem-se:

$$P = \frac{1}{6} \sum_{k=1}^6 \left(\sum_f \sum_{j=1}^{m_k} \sum_{i=1}^{n_{jk}} \frac{B_{ijk}(f)}{N \cdot m_k \cdot n_{jk}} \right) = \frac{1}{6} \sum_{k=1}^6 P_k$$

onde,

$$P_k = \sum_f \sum_{j=1}^{m_k} \sum_{i=1}^{n_{jk}} \frac{B_{ijk}(f)}{N \cdot m_k \cdot n_{jk}}$$

mensura a pobreza da sociedade referente à dimensão k .

Assim, pode-se obter medidas da pobreza da sociedade com relação a cada componente P_{jk} e o mesmo relativa a cada indicador P_{ijk} . Para isto, é preciso calcular:

$$P_{jk} = \sum_f \sum_{i=1}^{n_{jk}} \frac{B_{ijk}(f)}{N \cdot n_{jk}}$$

e

$$P_{ijk} = \sum_f \frac{B_{ijk}(f)}{N}$$

Finalmente, este processo de Investigação e Coleta de dados acontecerá através de um levantamento com base em dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) coletados nos anos de 2001-2009 com o objetivo de perceber a natureza e perfil da pobreza das famílias e grupos sociais mais pobres, assim como a evolução temporal e as disparidades espaciais da pobreza no Nordeste Brasileiro, notadamente em relação à distribuição deste grau de pobreza entre as famílias.

A Metodologia será formulada por pesquisas qualitativas e quantitativas exploratórias através do programa econométrico STATA 10 para que se possa conhecer e entender a complexidade do problema em análise, bem como os procedimentos utilizados propostos neste Estudo.

3. POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL

“O Brasil vem conseguindo evitar a recessão e a estagnação, que nos estão sendo exportadas pelo mundo desenvolvido lá de fora, com o seu corolário do desemprego a atingir, sempre, as classes mais pobres” (Ernesto Geisel).

3.1 Introdução

Quando se analisa a questão da pobreza no Brasil, não se pode separá-la da influência do Estado Brasileiro em que está inserida. Ou seja, fundamentalmente é necessário perceber suas origens econômicas, sociais e históricas.

Do mesmo modo, há de considerar a concentração de atividades sócio-econômicas em regiões geográficas do território nacional que agrava, consideravelmente, a distribuição dos benefícios. No Brasil, as maiores concentrações de pobres estão nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, havendo uma sensível redução no Sul e Sudeste (Rocha, 1996).

Na década de 80, o Brasil vivenciou um período de estagnação e crescente descontrole da inflação que contribuiu ainda mais com a desigualdade da distribuição de renda que culminou em 1989 (Hoffmann, 2002). Neste período, foi gerado um processo de hiper-inflação e constantes medidas governamentais com o objetivo de solucionar o problema; contudo, sem muito sucesso.

Nos anos seguintes, meados da década de 90 com o objetivo de alcançar a estabilidade monetária através do Plano Real de 1994, o Governo Brasileiro adotou medidas de distribuição de renda e os primeiros efeitos foram obtidos entre 1994 e 1998 em que se estima que os rendimentos dos mais pobres cresceram cerca de 17,4% frente ao crescimento de cerca de 15,4% dos mais ricos, segundo Pochmann (1999).

Nos anos seguintes, segundo estudo de Azevedo (2007) e graças ao avanço do Plano Real e da conseqüente estabilidade econômica, a concentração de renda vem apresentando uma tendência de queda entre meados de 2001-2005. Em decorrência, é preciso perceber que com a redução da desigualdade de renda *per capita*, há então naturalmente uma crescente redução da pobreza.

Com base no Censo do IBGE (2010), 60% dos brasileiros vivem em famílias com renda mensal de até um salário mínimo por pessoa e são considerados como pobres. Do mesmo modo, 8,6% da população do país estão na linha de miséria com o valor equivalente à uma cesta básica.

Analisando o perfil da miséria no Brasil, conforme tabela 1 e gráfico 1, nota-se que aproximados 60% desta concentração está localizada na Região Nordeste e revela um dado importante para sinalizar a necessidade de medidas emergenciais de redução destes níveis preocupantes. Por outro lado, as Regiões Sul e Centro-Oeste apresentam juntas o equivalente a exatos 7,8% dos níveis de miséria.

Tabela 1: Perfil da Miséria no Brasil - Ano 2010

Regiões	Participação em % das Regiões
Norte	16,3%
Nordeste	59,1%
Sudeste	16,8%
Sul	4,4%
Centro-Oeste	3,4%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

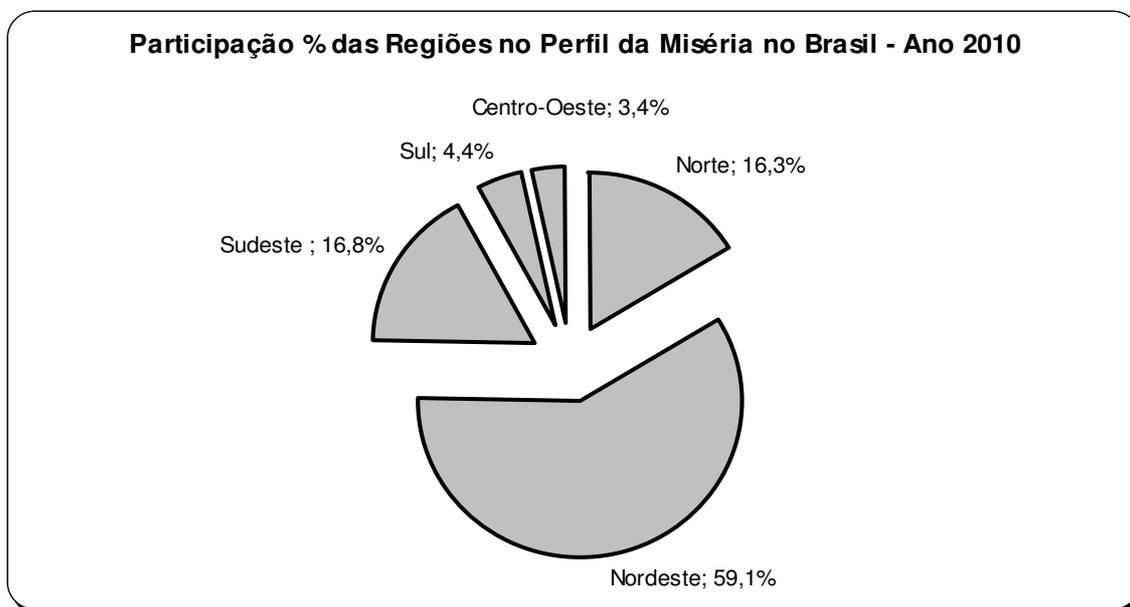


Gráfico 1: Participação % das Regiões no Perfil da Miséria no Brasil - Ano 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Por outro lado, historicamente o Brasil apresenta níveis consideráveis de concentração de renda, em que 56,3% das famílias têm renda mensal de até 1 salário mínimo e outras 21,9% estão na faixa de 1 a 2 salários mínimos, de acordo com a tabela 2 e gráfico 2. Ou seja, exatos 82,5% das famílias vivem com renda mensal de até 2 salários mínimos, considerando as sem rendimentos.

Tabela 2: Retrato da Concentração de Renda no Brasil - Ano 2010

Rendimento Mensal	Participação em % da renda mensal familiar
Sem rendimentos	4,3%
Até 1 salário mínimo	56,3%
De 1 a 2 salários mínimos	21,9%
De 2 a 3 salários mínimos	7,1%
De 3 a 5 salários mínimos	5,3%
Mais de 5 salários mínimos	5,1%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010



Gráfico 2: Participação em % do Retrato da Concentração de Renda no Brasil - Ano 2010

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Ainda segundo Azevedo (2007), a diminuição da concentração de renda afeta na redução da pobreza sob o ponto de vista da transferência de renda e aumento de crescimento econômico, haja vista que para este último, há um aumento de consumo das famílias.

3.2 Dimensões da Pobreza Multidimensional

No que se refere à forma de mensuração do Índice de Desenvolvimento Familiar, segundo trabalho desenvolvido por Barros, Carvalho e Franco (2003), deve-se considerar 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores com base em dados da PNAD para determinação da Pobreza Multidimensional no Brasil. Ou seja, faz-se 48 perguntas às famílias que respondem obrigatoriamente sim ou não, em que cada sim é considerado como uma resposta positiva, ao mesmo tempo em que cada não representa uma resposta negativa e diminui a pontuação da família em direção de um menor índice de desenvolvimento.

Do mesmo modo, o IDF deve variar entre 0 (famílias com o pior resultado possível a ser considerado) e 1 (famílias com o melhor resultado possível a ser considerado).

Com base neste estudo, as seis dimensões de condição de vida familiar podem ser assim elencadas:

- a) Ausência de vulnerabilidade;
- b) Acesso ao conhecimento;
- c) Acesso ao trabalho;
- d) Disponibilidade de recursos;
- e) Desenvolvimento infantil;
- f) Condições habitacionais.

Para se determinar estas seis dimensões gerais, é preciso considerar outros vinte e seis componentes que serão elencados cuidadosamente através de suas respectivas subdivisões em quarenta e oito indicadores numa proporção assim determinada por 6 dimensões : 26 componentes : 48 indicadores.

Considerando que a pobreza deva ser analisada através de vários aspectos de abordagem em que cada família possa perceber suas limitações e suas conquistas do ponto de vista de suas dimensões, componentes e indicadores; percebe-se que constitui num fenômeno multidimensional em que há a falta do necessário para o bem-estar.

Neste ponto, é preciso considerar as dimensões da própria família, bem como aquilo que o governo garante para o desenvolvimento social e do indivíduo como agente de mudança de seu próprio destino. Ou seja, leva em consideração tanto as questões familiares particulares, quanto os meios nos quais o estado deva garantir a disponibilidade dos recursos para ascensão social.

Com isto, elencam-se cuidadosamente a seguir os seus respectivos componentes e indicadores de cada uma das seis dimensões consideradas neste estudo.

3.2.1 Dimensão de Ausência de Vulnerabilidade

Para se determinar a dimensão de Ausência de Vulnerabilidade, aqui entendida como o volume adicional de recursos de que uma família necessita para satisfazer suas necessidades fundamentais básicas, devem-se considerar os seguintes componentes e indicadores destacados na tabela 3, a saber:

Tabela 3: Ausência de Vulnerabilidade

Fecundidade	v1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano v2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	v3. Ausência de criança v4. Ausência de criança ou adolescente
Atenção e cuidados especiais com idosos	v5. Ausência de criança, adolescente ou jovem v6. Ausência de idoso
Dependência econômica	v7. Presença de cônjuge v8. Mais da metade dos membros encontram-se em idade ativa
Presença da mãe	v9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido v10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando a tabela acima, é preciso perceber que os indicadores v1 e v2 foram dispostos duas vezes para destacar justamente a presença de mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano.

Deste modo, permite-se dar um peso duas vezes maior ao passo de jovem no indicador v5 apenas com peso um. Por sua vez, a presença de criança possui peso três, pois justamente são consideradas três vezes entre os indicadores v3, v4 e v5. Este destaque é conhecido como indicador em cascata.

É importante destacar ainda que quanto maior a presença de dependentes como crianças, jovens e idosos no grupo familiar, maior será o esforço e conseqüente aumento de vulnerabilidade para satisfazer as necessidades básicas. Do mesmo modo, podem-se explicar os componentes da seguinte maneira, a perceber:

- Fecundidade, com base em informações da PNAD, pode ser aqui entendida como as necessidades nutricionais especiais e/ou atendimento médico para as crianças em período de aleitamento;
- Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens estão relacionados ao esforço em transmitir regras e costumes, disciplina e educação;
- Atenção e cuidados especiais com idosos estão relacionados ao esforço adicional com segurança, alimentação e saúde deste grupo familiar;
- Presença da mãe. Com a presença da mãe, as crianças tornam-se muito mais protegidas e com menor probabilidade de vulnerabilidade de estar fora da escola, trabalhar em atividades de exploração infantil, além de ter mais amparo médico.

3.2.2 Dimensão de Acesso ao Conhecimento

A dimensão de acesso ao conhecimento, também como base em informações da PNAD, leva em consideração o analfabetismo, a escolaridade e a qualificação profissional como componentes fundamentais para a sua determinação, aqui destacados na tabela 4, a saber:

Tabela 4: Acesso ao conhecimento

Analfabetismo	c1. Ausência de adulto analfabeto c2. Ausência de adulto analfabeto funcional
Escolaridade	c3. Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo c4. Presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo
Qualificação profissional	c5. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior c6. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando a tabela acima, mais uma vez, utiliza-se de indicador em cascata, haja vista que todo analfabeto é, conseqüentemente, um analfabeto funcional, conforme indicadores c1 e c2. Ou seja, o analfabeto tem peso duas vezes maior que o analfabeto

funcional. Similarmente, a educação superior recebe um peso três vezes maior do que a educação fundamental, indicadores c3, c4 e c5.

3.2.3 Dimensão de Acesso ao Trabalho

Esta dimensão está muito relacionada à oportunidade do indivíduo de ter acesso ao trabalho e que possa utilizar de sua capacidade produtiva, pois para que possa aplicar seu conhecimento adquirido, necessariamente precisa de uma oportunidade concreta.

Com base em informações da PNAD, podem-se construir diversos componentes; contudo, com base no trabalho desenvolvido por Barros, Carvalho e Franco (2003) e representados na tabela 5, consideram-se a disponibilidade de trabalho, a qualidade do posto de trabalho e sua respectiva remuneração.

Tabela 5: Acesso ao trabalho

Disponibilidade de trabalho	t1. Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados t2. Presença de pelo menos um trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual
Qualidade do posto de trabalho	t3. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal t4. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não-agrícola
Remuneração	t5. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo t6. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos

Fonte: Elaborado pelo autor

Entenda, mais uma vez, o efeito cascata nos indicadores t5 e t6, em que a presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos tem um efeito com peso duplicado em relação ao fato de um indivíduo com rendimento superior a 1 salário mínimo.

3.2.4 Dimensão de Disponibilidade de Recursos

A renda familiar *per capita* é de extrema importância para a definição desta dimensão de disponibilidade de recursos, pois determina a possibilidade das pessoas de terem acesso aos bens e serviços fundamentais para a satisfação de suas necessidades. Logo, devem-se considerar os componentes de extrema pobreza, pobreza e capacidade de geração de renda que é recebida como transferências de outras famílias, do governo ou mesmo do trabalho remunerado. Assim, destacam-se na tabela 6, a saber:

Tabela 6: Disponibilidade de recursos

Extrema pobreza	r1. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de extrema pobreza
	r2. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de pobreza
Pobreza	r3. Maior parte da renda familiar não advém de transferências
Capacidade de geração de renda	

Fonte: Elaborado pelo autor

Note, novamente, o uso do indicador em cascata, no qual percebe-se maior peso considerado à linha de pobreza em r1 e r2, em que r2 possui peso duas vezes maior do que r1, caso r2 seja verdadeiro.

3.2.5 Dimensão do Desenvolvimento Infantil

O desenvolvimento infantil é mais uma dimensão para a determinação do Índice de Desenvolvimento Familiar, com base no trabalho desenvolvido por Barros, Carvalho e Franco (2003). Assim, considerando, mais uma vez, as informações extraídas da PNAD, devem-se considerar a defesa contra o trabalho precoce, o acesso à escola e progresso escolar e a diminuição da mortalidade infantil, conforme mencionados na tabela 7:

Tabela 7: Desenvolvimento infantil

Trabalho precoce	d1. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando d2. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando
Acesso à escola	d3. Ausência de criança até 6 anos fora da escola d4. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola
Progresso escolar	d5. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola d6. Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso
Mortalidade infantil	d7. Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto d8. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto d9. Ausência de mãe cujo filho tenha morrido d10. Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido d11. Ausência de mãe com filho nascido morto

Fonte: Elaborado pelo autor

Observam-se a utilização do efeito cascata em d1 e d2 e em d4 e d5, para atribuir mais destaque de peso, respectivamente, ao trabalho de crianças com menos de 14 anos que o de jovens entre 14-16 anos e maior peso também à frequência escolar de crianças entre 7-14 anos do que à jovens entre 15-17 anos.

3.2.6 Dimensão de Condições Habitacionais

Por fim, chega-se a última dimensão para a determinação do Índice de Desenvolvimento Familiar que representa uma importante característica às condições de vida de uma família e consideram os componentes de propriedade, déficit habitacional, abrigabilidade, acesso ao abastecimento de água, ao saneamento, à coleta de lixo e energia elétrica, bem como acesso a bens duráveis.

Estes componentes tornam-se mais críticos em função do crescimento acelerado das cidades, principalmente com efeito nas limitações para atender um contingente cada vez maior de habitantes. Podemos mencionar, por exemplo, a falta de saneamento que segundo a definição do IBGE (2012), é o resultado de um conjunto de ações que visa à modificação das condições ambientais com a finalidade de prevenir a difusão de transmissores de doenças e de promover a saúde pública e o bem-estar da população.

Por fim, ainda como mecanismo de destaque desta dimensão representada na tabela 8, não diferentemente das anteriores, utiliza-se o efeito cascata em h1 e h2, no qual é conferido o peso duas vezes maior para o domicílio próprio.

Tabela 8: Condições habitacionais

Propriedade	h1. Domicílio próprio h2. Domicílio próprio ou cedido
Déficit habitacional	h3. Densidade de até 2 moradores por dormitório h4. Material de construção permanente
Abrigabilidade	h5. Acesso adequado à água h6. Esgotamento sanitário adequado
Acesso ao abastecimento de água	h7. Lixo é coletado h8. Acesso à eletricidade
Acesso ao saneamento	h9. Acesso a fogão e geladeira h10. Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio
Acesso à coleta de lixo	h11. Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio e telefone h12. Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio, telefone e computador
Acesso à energia elétrica	
Acesso a bens duráveis	

Fonte: Elaborado pelo autor

4. POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO NORDESTE

“Se o mistério da pobreza não for causado pelas leis da natureza, mas pelas nossas Instituições, grande é o nosso delito” (Charles Darwin).

4.1 Introdução

A Região Nordeste possui o maior número de estados do Brasil, no total de nove: Pernambuco, Ceará, Bahia, Alagoas, Maranhão, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Notadamente, segundo Rocha (2003), esta região do Brasil diminuiu sensivelmente o nível de pobreza nacional em relação à renda após a implantação das políticas econômicas do Plano Real, embora sempre tenha sido historicamente uma das Regiões mais pobres economicamente do país.

Conforme tabela 9, é importante destacar também que a Região Nordeste possui 28,17% da população brasileira, segundo dados do censo demográfico em 2009, em que a coloca em segundo lugar de concentração populacional no Brasil, com destaque apenas para a Região Sudeste que possui exatos 41,95% da população brasileira e liderar como a região de maior número de brasileiros.

Tabela 9: População Brasileira em 2009		
Situação do domicílio = Total		
Sexo = Total		
Grupos de idade = Total		
Ano = 2009		
Brasil e Grande Região	Variável	
	População residente (Mil pessoas)	População residente (Percentual)
Brasil	191.796	
Norte	15.555	8,11%
Nordeste	54.020	28,17%
Sudeste	80.466	41,95%
Sul	27.777	14,48%
Centro-Oeste	13.978	7,29%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2009

Nesta perspectiva, ainda segundo Rocha (2003), a pobreza no Nordeste deve ser percebida como privação de capacidades básicas em vez tão somente de meramente baixo nível de renda, que é o critério tradicional. Nesta análise multidimensional, deve-se considerar que a relação entre renda e capacidade é acentuada sempre que são levadas em consideração algumas questões como idade da pessoa, localização, acesso ao trabalho e disponibilidade de recursos sobre os quais o indivíduo possui controle limitado, quando não nenhum controle.

Segundo Amartya Sen (2010), a privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades. Ou seja, ser relativamente pobre em um país rico pode ser uma grande desvantagem em capacidade, mesmo quando a renda absoluta do indivíduo é elevada pelos padrões globais, pois em uma região desenvolvida é preciso mais renda para adquirir produtos e/ou serviços suficientes para realizar o mesmo funcionamento social.

A perspectiva das capacidades multidimensionais permite ampliar o entendimento da natureza multidimensional e de suas causas da pobreza e não tão somente os fins aos quais os indivíduos tanto almejam. Desta maneira, quanto maior for o alcance destas medidas, maior será a probabilidade de que os Estados Nordestinos venham a ter uma possibilidade de superar estas necessidades.

4.2 Visões no Nordeste

A distribuição de renda no Brasil quando segregada pelos diversos setores da economia, demonstra que o setor terciário ou de serviços representa aproximadamente 50% da renda nacional, enquanto que a indústria situa-se entre 30% a 40% e o setor agrícola representa aproximadamente 10% da renda nacional, segundo Gremaud (2012).

Ainda segundo Gremaud (2012) e analisando a tabela 10 a seguir, também se pode considerar a distribuição de renda sob o ponto de vista regional, na qual notoriamente a região Sudeste que possui aproximadamente 40% da população brasileira, responde por mais de 50% da renda nacional. Por outro lado, pode-se destacar também a região Nordeste que tem pouco menos que aproximados 30% da população brasileira e menos que 15% da renda nacional, além de representar 1/3 do rendimento médio da região Sudeste em termos proporcionais.

Tabela 10: Produto Interno Bruno (PIB) em 2009	
Brasil e Grande Região	Participação em % das regiões
Norte	5,0%
Nordeste	13,5%
Sudeste	55,3%
Sul	16,5%
Centro-Oeste	9,7%

Fonte: IBGE – Contas Regionais 2009

Em uma análise mais profunda e considerando agora os nove estados nordestinos, destacados na tabela 11 e no gráfico 3, percebe-se que Pernambuco, Ceará e Bahia representam juntos exatos 63,60% do Produto Interno Bruto (PIB) da região. Ou seja, há uma concentração de renda nestes três estados se comparados com os demais.

Por outro lado, vale destaque para Piauí e Alagoas que juntos correspondem a menos que 9% da participação no Nordeste.

Tabela 11: PIB Regional - Ano 2009

PIB da região: R\$ 437.720 milhões

Estados	Participação em % dos Estados
Pernambuco (77,5 milhões)	17,7%
Ceará (64,8 milhões)	14,8%
Bahia (136,1 milhões)	31,1%
Alagoas	5,2%
Maranhão	8,9%
Piauí	4,4%
Paraíba	6,7%
Rio Grande do Norte	6,7%
Sergipe	4,5%

Fonte: IBGE – Contas Regionais 2009

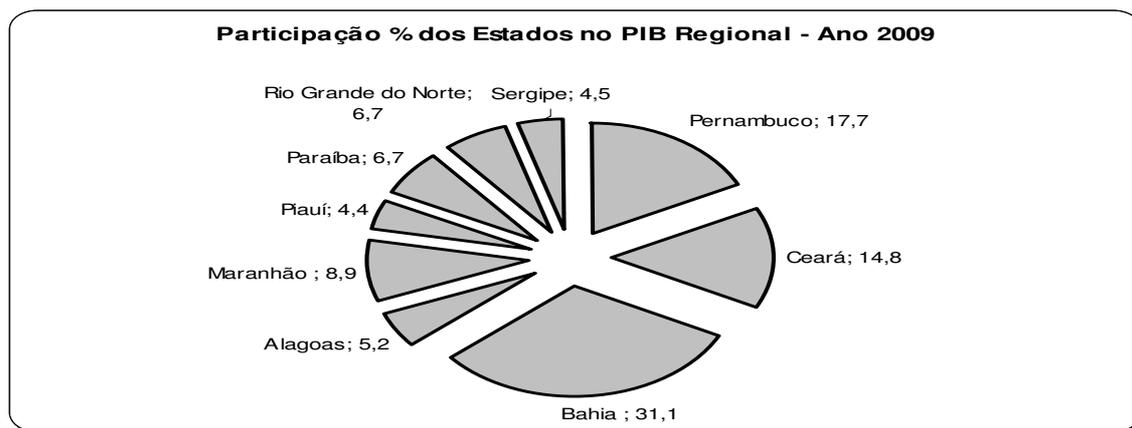


Gráfico 3: Participação % dos Estados no PIB Regional - Ano 2009

Fonte: IBGE – Contas Regionais 2009

4.3 Análise Multidimensional no ano de 2001

Com base no programa econométrico STATA 10 e nos dados da PNAD 2001, chegam-se aos seguintes resultados para as seis dimensões de condição de vida familiar brasileira e destacados na tabela 12, a saber:

Tabela 12: Brasil - Ano 2001

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7542
Acesso ao conhecimento	0,2355
Acesso ao trabalho	0,5349
Disponibilidade de recursos	0,6954
Desenvolvimento infantil	0,8884
Condições habitacionais	0,8132
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,6536

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

Ou seja, tem-se um indicador sintético de pobreza multidimensional \underline{S} para o Brasil no ano de 2001 de 0,6536 também conhecido como Índice de Desenvolvimento Familiar, segundo trabalho desenvolvido por Barros, Carvalho e Franco (2003).

Do mesmo modo, é preciso considerar que o IDF deve variar entre 0 (famílias com o pior resultado possível a ser considerado) e 1 (famílias com o melhor resultado possível a ser considerado).

Por outro lado, ainda com base no programa econométrico STATA 10 e nos dados da PNAD 2001, também elaborasse o seguinte mapa desta tabela 13 para a região Nordeste, a saber:

Tabela 13: Região Nordeste - Ano 2001

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7419
Acesso ao conhecimento	0,2077
Acesso ao trabalho	0,4610
Disponibilidade de recursos	0,5656
Desenvolvimento infantil	0,8607
Condições habitacionais	0,7643
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,6002

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

Nota-se, por sua vez, um indicador sintético de pobreza multidimensional \underline{S} para a região Nordeste no ano de 2001 de 0,6002 ou 8,89% menor que o índice Brasil.

Contudo, analisando a região Sudeste na tabela 14, dita-se como a mais próspera do Brasil em termos absolutos de renda, obtêm-se os seguintes resultados a seguir:

Tabela 14: Região Sudeste - Ano 2001

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7618
Acesso ao conhecimento	0,2530
Acesso ao trabalho	0,5745
Disponibilidade de recursos	0,7654
Desenvolvimento infantil	0,9115
Condições habitacionais	0,8922
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,6931

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

Realmente, percebe-se que denota um indicador sintético de pobreza multidimensional \underline{S} de 0,6931 ou 15,48% acima do IDF Nordeste ou 6,04% acima do IDF Brasil.

Por fim, é importante destacar ainda com base em dados da PNAD 2001, o quadro-resumo na tabela 15 para todos os indicadores sintéticos da região Nordeste, a perceber:

Tabela 15: Indicador sintético de pobreza da região Nordeste - Ano 2001

Estados	Resultados
Pernambuco	0,6168 (1º)
Ceará	0,6057 (4º)
Bahia	0,6079 (3º)
Alagoas	0,5670 (7º)
Maranhão	0,5544 (9º)
Piauí	0,5585 (8º)
Paraíba	0,5815 (6º)
Rio Grande do Norte	0,6046 (5º)
Sergipe	0,6134 (2º)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

Analisando os resultados, constata-se que o estado de Pernambuco apresenta o maior IDF Nordeste para o ano de 2001 e o estado do Maranhão apresenta, respectivamente, o menor índice de desenvolvimento familiar para o mesmo período. Neste ponto, há uma clara sinalização da necessidade de manter crescente e implantar, respectivamente, políticas públicas voltadas para os fatores multidimensionais da pobreza nordestina.

Do mesmo modo, o estado de Pernambuco apesar de revelar o maior IDF Nordeste ainda está 5,97% a quem da média Brasil e 12,37% da média Sudeste. Ainda, é preciso destacar que o estado do Maranhão com menor IDF Nordeste, pela mesma análise, está 17,89% a quem da média Brasil e 25,02% da média Sudeste.

Não obstante e considerando o *ranking* para os nove estados do Nordeste em suas respectivas seis dimensões, Pernambuco obteve a primeira colocação no ano de 2001 para as dimensões de acesso ao conhecimento, disponibilidade de recursos e condições habitacionais; bem como a segunda colocação para o desenvolvimento infantil e a terceira colocação para as dimensões de ausência de vulnerabilidade e acesso ao trabalho.

Vale informar ainda que embora as dimensões tenham pesos semelhantes na composição do indicador sintético de pobreza multidimensional, quando aplica-se a média aritmética e considerando as respectivas colocações destas dimensões para o

estado de Pernambuco, atingi-se uma resultado muito positivo que o posiciona no primeiro lugar se comparado com os outros oito estados da região nordeste no ano de 2001.

O gráfico 4 a seguir revela a conjuntura Nordeste sobre um outro ponto de vista de análise gráfica, em que estão sendo destacados os nove estados nordestinos, a região Sudeste, bem como os dados gerais para o Brasil em 2001.

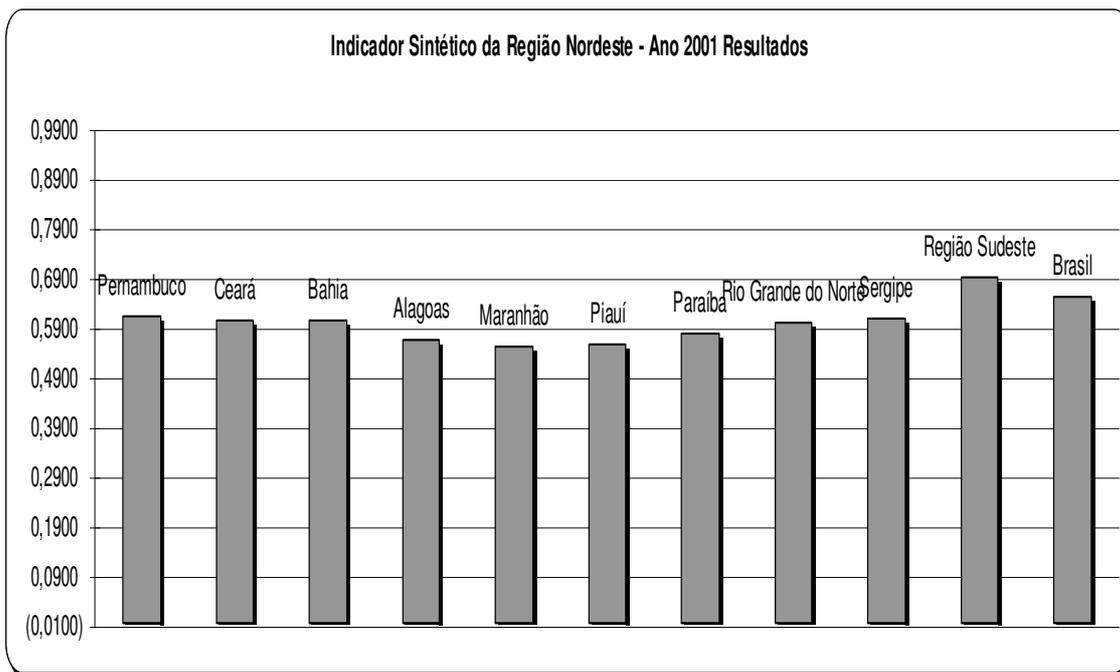


Gráfico 4: Indicador Sintético da Região Nordeste - Ano 2001 Resultados

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

4.4 Análise Multidimensional no ano de 2009

Realizando o mesmo exercício com base no programa econométrico STATA 10 e com os dados agora da PNAD 2009, chegam-se aos seguintes resultados para as seis dimensões de condição de vida familiar brasileira destacados na tabela 16, a saber:

Tabela 16: Brasil - Ano 2009

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7427
Acesso ao conhecimento	0,6760
Acesso ao trabalho	0,6335
Disponibilidade de recursos	0,8539
Desenvolvimento infantil	0,9369
Condições habitacionais	0,8602
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,7839

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

Neste caso, tem-se um indicador sintético de pobreza multidimensional \underline{S} para o Brasil no ano de 2009 de 0,7839 também conhecido como Índice de Desenvolvimento Familiar, segundo trabalho desenvolvido por Barros, Carvalho e Franco (2003).

Também é preciso reforçar que o IDF deve variar entre 0 (famílias com o pior resultado possível a ser considerado) e 1 (famílias com o melhor resultado possível a ser considerado).

Ainda com base no programa econométrico STATA 10 e nestes dados da PNAD 2009, também elaborasse o seguinte mapa para a região Nordeste nesta tabela 17, a saber:

Tabela 17: Região Nordeste - Ano 2009

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7309
Acesso ao conhecimento	0,6074
Acesso ao trabalho	0,5418
Disponibilidade de recursos	0,7894
Desenvolvimento infantil	0,9215
Condições habitacionais	0,8348
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,7376

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

Nota-se, por sua vez, um indicador sintético de pobreza multidimensional \underline{S} para a região Nordeste no ano de 2009 de 0,7376 ou 6,28% menor que o índice Brasil. Analisando a região Sudeste, dita-se como a mais próspera do Brasil em termos absolutos de renda e revelada na tabela 18 a seguir, observa-se:

Tabela 18: Região Sudeste - Ano 2009

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7550
Acesso ao conhecimento	0,7253
Acesso ao trabalho	0,6840
Disponibilidade de recursos	0,8869
Desenvolvimento infantil	0,9540
Condições habitacionais	0,9313
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,8227

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

Realmente, percebe-se que denota um indicador sintético de pobreza multidimensional \underline{S} de 0,8227 ou 11,54% acima do IDF Nordeste ou 4,95% acima do IDF Brasil em uma perspectiva semelhante à percebida na PNAD 2001.

Por fim, é importante destacar ainda com base em dados da PNAD 2009, o quadro-resumo da tabela 19 para todos os indicadores sintéticos da região Nordeste, a perceber:

Tabela 19: Indicador sintético de pobreza da região Nordeste - Ano 2009

Estados	Resultados
Pernambuco	0,7413 (5º)
Ceará	0,7522 (1º)
Bahia	0,7505 (2º)
Alagoas	0,6787 (9º)
Maranhão	0,6945 (8º)
Piauí	0,7017 (7º)
Paraíba	0,7174 (6º)
Rio Grande do Norte	0,7423 (4º)
Sergipe	0,7467 (3º)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

Analisando os resultados, constata-se que o estado do Ceará apresenta o maior IDF Nordeste para o ano de 2009 e o estado de Alagoas apresenta o menor índice de desenvolvimento familiar para o mesmo período. Por outra percepção, o estado do Ceará apesar de revelar o maior IDF Nordeste ainda está 4,21% a quem da média Brasil e 9,37% da média Sudeste. Ainda, é preciso destacar que o estado de Alagoas com menor IDF Nordeste, pela mesma análise, está 8,68% a quem da média Brasil e 21,22% da média Sudeste.

Em uma análise geral e com base no *ranking* para os nove estados do Nordeste em suas respectivas seis dimensões, percebe-se que o estado do Ceará obteve a primeira colocação no ano de 2009 nas dimensões de acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e disponibilidade de recursos; assim como a segunda colocação para desenvolvimento infantil, quarta colocação para condições habitacionais e sexta colocação para a dimensão de ausência de vulnerabilidade. Ou seja, aplicando a média aritmética, tem-se um indicador sintético de 0,7522, o maior do Nordeste no ano de 2009.

De maneira geral, é importante perceber que houve uma melhora significativa nos indicadores sintéticos de pobreza multidimensional para todos os estados nordestinos, assim como para a região sudeste e para o Brasil como um todo, o que representa que as políticas públicas estão convergindo para a diminuição da pobreza da população.

O mapa a seguir, gráfico 5, revela a conjuntura Nordeste sobre um outro ponto de vista de análise gráfica, em que estão sendo destacados os nove estados nordestinos, a região Sudeste, bem como os dados gerais para o Brasil em 2009 à semelhança do elaborado para o ano de 2001, a saber:

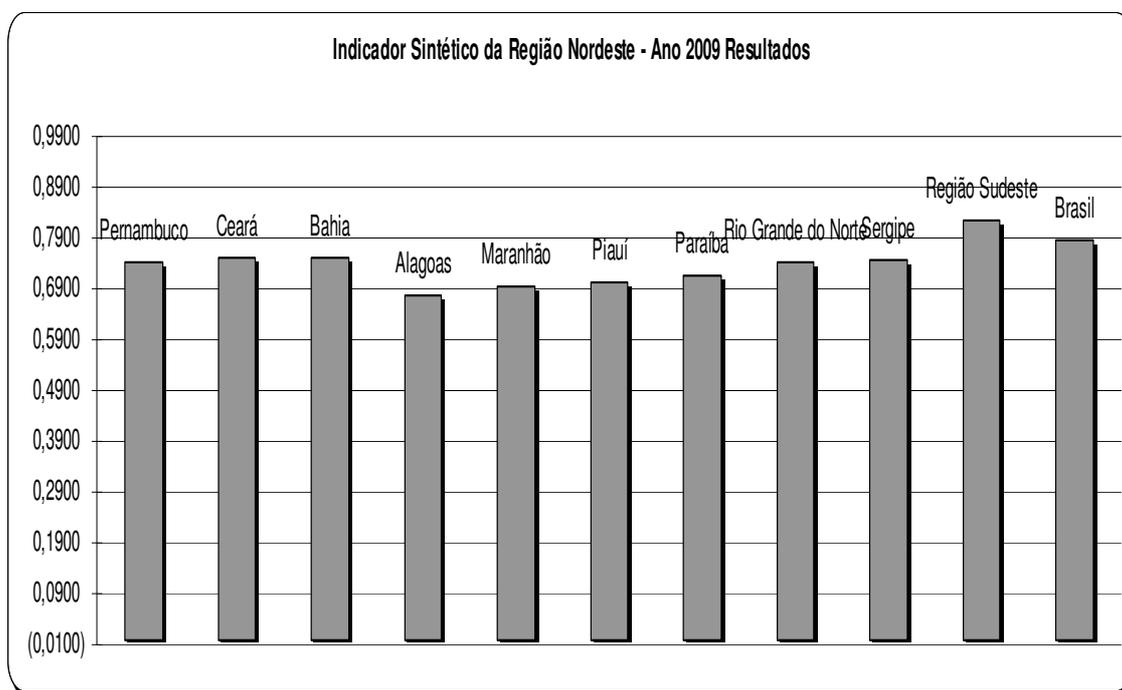


Gráfico 5: Indicador Sintético da Região Nordeste - Ano 2009 Resultados

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

4.5 Análise Multidimensional comparativa entre os ano de 2001 e 2009

Com base no estudo desenvolvido por Barros, Carvalho e Franco (2003) e aplicado pelo autor, utilizando-se como base os dados da PNAD coletados nos anos de 2001 e 2009 e utilizando-se do programa econométrico STATA 10, chegam-se aos seguintes resultados para as seis dimensões de condição de vida familiar brasileira, aqui novamente destacadas:

- a) Ausência de vulnerabilidade;
- b) Acesso ao conhecimento;
- c) Acesso ao trabalho;
- d) Disponibilidade de recursos;
- e) Desenvolvimento infantil;
- f) Condições habitacionais.

4.5.1 Dimensão de Ausência de Vulnerabilidade

Considerando que a dimensão de ausência de vulnerabilidade leva em consideração os componentes de fecundidade, cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens, bem como cuidados especiais com idosos, dependência econômica e presença da mãe para que uma família possa satisfazer suas necessidades fundamentais básicas, percebe-se que no ano de 2001, o estado de Sergipe apresentou a maior dimensão com 0,7502 em comparação com o estado do Maranhão que apresentou a menor dimensão do Nordeste com 0,7279, conforme apresentado na tabela 20 a seguir:

Tabela 20: Dimensão de ausência de vulnerabilidade - Ano 2001 e 2009

Estados	Resultados 2001	Resultados 2009	Variação %
Pernambuco	0,7454 (3º)	0,7359 (2º)	-1,3%
Ceará	0,7397 (5º)	0,7278 (6º)	-1,6%
Bahia	0,7470 (2º)	0,7354 (3º)	-1,5%
Alagoas	0,7373 (6º)	0,7227 (7º)	-2,0%
Maranhão	0,7279 (9º)	0,7105 (9º)	-2,4%
Piauí	0,7328 (7º)	0,7293 (5º)	-0,5%
Paraíba	0,7300 (8º)	0,7202 (8º)	-1,3%
Rio Grande do Norte	0,7437 (4º)	0,7335 (4º)	-1,4%
Sergipe	0,7502 (1º)	0,7403 (1º)	-1,3%
Região Sudeste	0,7618	0,7550	-0,9%
Brasil	0,7542	0,7427	-1,5%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009

Realizando a mesma análise desta dimensão para dados da PNAD 2009, confirma-se surpreendentemente que novamente o estado de Sergipe apresenta a maior dimensão com 0,7403 e o estado do Maranhão com 0,7105, a menor; ou seja, novamente, os respectivos estados mantiveram posição de destaque e preocupação.

É preciso considerar que todos os estados do Nordeste tiveram redução deste indicador e que esta dimensão em relação as cinco seguintes foi a única que apresentou redução relativa se comparados os dados da PNAD 2001 com os dados da PNAD 2009, revelando que a satisfação das necessidades básicas de que as famílias precisam estão cada vez mais ausentes, principalmente pelo fato de que considera o volume adicional de recursos de que uma família necessita para satisfazer as necessidades básicas, assim como é preciso acrescentar que o indicador de ausência de idoso no grupo familiar reduziu sensivelmente esta dimensão, haja vista que notadamente a presença é mais constante nos últimos anos.

Em seguida, segue o gráfico 6 de análise de tendência da dimensão de ausência de vulnerabilidade no ano 2001 e 2009 em que demonstra comparativamente a redução para todos os estados do Nordeste, inclusive a Região Sudeste e Brasil.

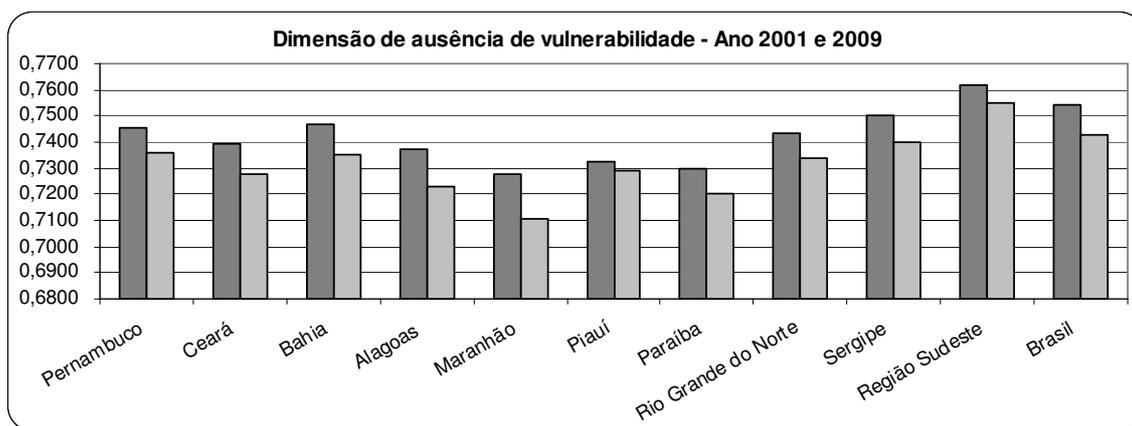


Gráfico 6: Dimensão de ausência de vulnerabilidade – Ano 2001 e 2009

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009, respectivamente

4.5.2 Dimensão de Acesso ao Conhecimento

A dimensão de ausência de acesso ao conhecimento, tabela 21, considera os componentes de analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional. Neste sentido, os dados da PNAD 2001 revelam que o estado de Pernambuco apresentou a maior dimensão com 0,2207 em comparação com o estado do Piauí com 0,1820 e a menor dimensão.

Tabela 21: Dimensão de acesso ao conhecimento - Ano 2001 e 2009

Estados	Resultados 2001	Resultados 2009	Varição %
Pernambuco	0,2207 (1º)	0,6247 (2º)	183,0%
Ceará	0,2143 (2º)	0,6362 (1º)	196,9%
Bahia	0,2098 (3º)	0,6242 (3º)	197,5%
Alagoas	0,1830 (8º)	0,5001 (9º)	173,3%
Maranhão	0,1899 (7º)	0,5612 (6º)	195,6%
Piauí	0,1820 (9º)	0,5450 (8º)	199,4%
Paraíba	0,1913 (6º)	0,5603 (7º)	192,9%
Rio Grande do Norte	0,2065 (5º)	0,6038 (4º)	192,4%
Sergipe	0,2073 (4º)	0,5967 (5º)	187,8%
Região Sudeste	0,2530	0,7253	186,7%
Brasil	0,2355	0,6760	187,1%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009

Em contrapartida, para o ano de 2009, o estado do Ceará apresenta a maior dimensão com 0,6362 e o estado de Alagoas com 0,5001 com a menor dimensão. Ou

seja, infelizmente, sinaliza um alerta que pouco se fez para melhorar o acesso ao conhecimento neste último estado Nordeste.

É importante destacar os aumentos percentuais absolutos quando comparados os resultados obtidos nos anos de 2001 e 2009, os quais revelam um expressivo aumento desta dimensão que a coloca como a que mais avançou em termos percentuais se comparados com as demais; contudo, também é preciso ponderar que revela mesmo uma importante fase de recuperação, bem como o foco das políticas do governo para aumentar a quantidade absoluta de alunos matriculados e em estudo continuado nas redes públicas de ensino, o que eleva também esta dimensão sobremaneira.

Novamente, segue o gráfico 7 de análise de tendência da dimensão de acesso ao conhecimento no ano 2001 e 2009 em que demonstra uma evolução considerável para todos os estados do Nordeste, inclusive a Região Sudeste e para o Brasil como um todo.

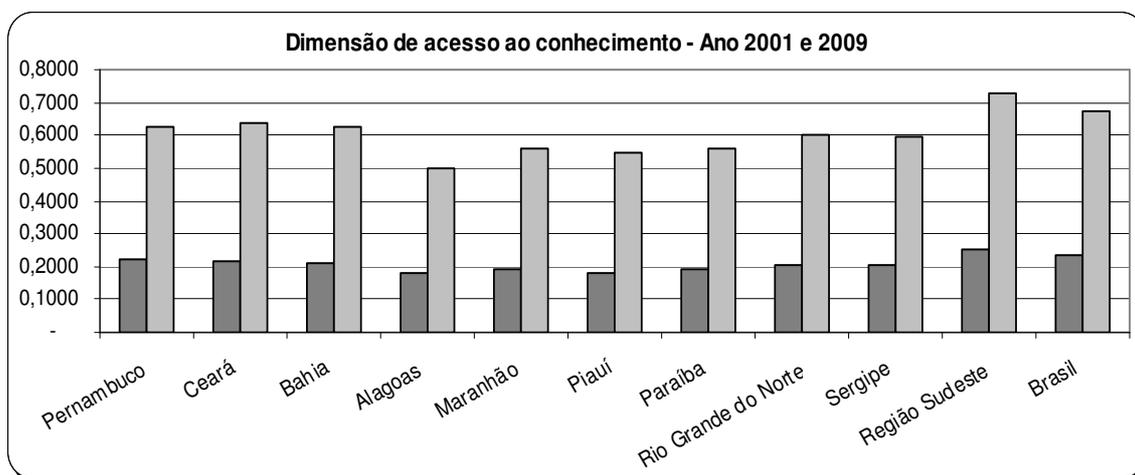


Gráfico 7: Dimensão de acesso ao conhecimento – Ano 2001 e 2009

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009, respectivamente

4.5.3 Dimensão de Acesso ao Trabalho

A dimensão de acesso ao trabalho, tabela 22, baseia-a nos componentes de disponibilidade de trabalho, qualidade dos postos de trabalho e remuneração. Considerando dados da PNAD 2001, o estado do Ceará apresentou a maior dimensão com 0,4792 e o estado de Alagoas, a menor, com 0,4213 com uma distância relativa de 13,74%.

Tabela 22: Dimensão de acesso ao trabalho - Ano 2001 e 2009

Estados	Resultados 2001	Resultados 2009	Variação %
Pernambuco	0,4737 (3º)	0,5225 (6º)	10,3%
Ceará	0,4792 (1º)	0,5720 (1º)	19,4%
Bahia	0,4590 (5º)	0,5569 (3º)	21,3%
Alagoas	0,4213 (9º)	0,4636 (9º)	10,0%
Maranhão	0,4413 (6º)	0,5093 (7º)	15,4%
Piauí	0,4296 (8º)	0,5297 (5º)	23,3%
Paraíba	0,4349 (7º)	0,4972 (8º)	14,3%
Rio Grande do Norte	0,4629 (4º)	0,5658 (2º)	22,2%
Sergipe	0,4738 (2º)	0,5558 (4º)	17,3%
Região Sudeste	0,5745	0,6840	19,1%
Brasil	0,5349	0,6335	18,4%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009

Realizando a mesma análise, agora com dados da PNAD 2009, novamente o estado do Ceará apresenta a maior dimensão com 0,5720 e novamente o estado de Alagoas com 0,4636 e a menor dimensão. Contudo e embora ambos os estados aumentaram o valor absoluto do indicador, houve um visível aumento da distância entre eles que agora representa o percentual de 23,38%. Neste ponto, é importante perceber que há um desequilíbrio mais acentuado sobre a possibilidade de ocupação e remuneração. De maneira geral, o gráfico 8 de análise de tendência da dimensão de acesso ao trabalho no ano 2001 e 2009 revela um aumento de todos os resultados em 2009 se comparados à primeira análise de 2001.

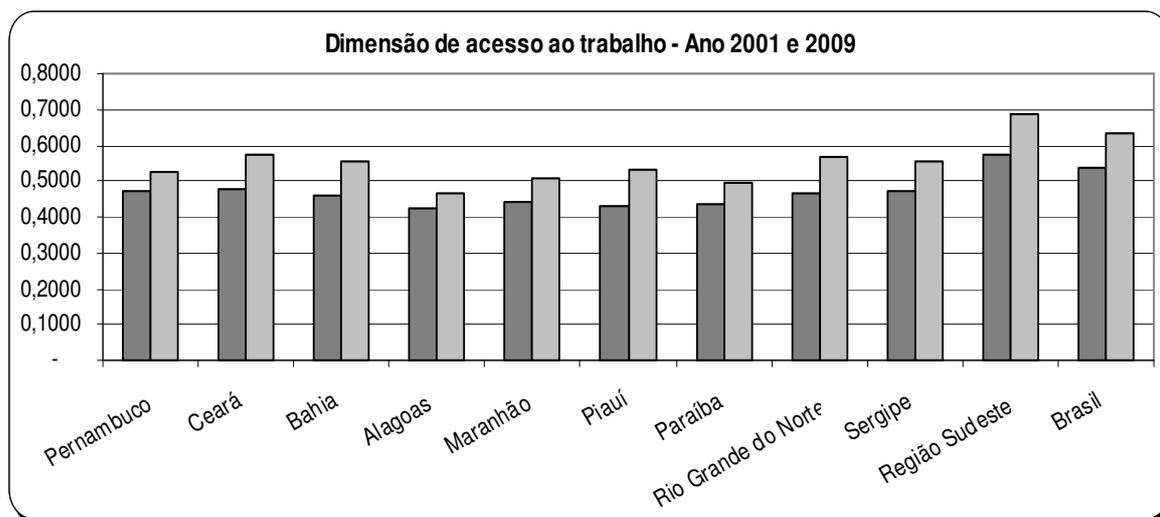


Gráfico 8: Dimensão de acesso ao trabalho – Ano 2001 e 2009

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009, respectivamente

4.5.4 Dimensão de Disponibilidade de Recursos

A dimensão de disponibilidade de recursos, tabela 23, é composta pelos componentes de extrema pobreza, pobreza e capacidade de geração de renda. Neste item, anota-se que o estado de Pernambuco apresentou a maior disponibilidade de recursos com dimensão de 0,5893 e o estado de Alagoas, novamente, apresentou a menor disponibilidade com 0,4965 no ano de 2001. Em seguida, segue tabela desta dimensão.

Tabela 23: Dimensão de disponibilidade de recursos - Ano 2001 e 2009

Estados	Resultados 2001	Resultados 2009	Variação %
Pernambuco	0,5893 (1º)	0,7828 (5º)	32,8%
Ceará	0,5713 (5º)	0,8074 (1º)	41,3%
Bahia	0,5827 (3º)	0,8049 (2º)	38,1%
Alagoas	0,4965 (9º)	0,7158 (9º)	44,2%
Maranhão	0,5304 (6º)	0,7484 (8º)	41,1%
Piauí	0,5029 (8º)	0,7616 (7º)	51,4%
Paraíba	0,5047 (7º)	0,7690 (6º)	52,4%
Rio Grande do Norte	0,5746 (4º)	0,8046 (3º)	40,0%
Sergipe	0,5842 (2º)	0,8033 (4º)	37,5%
Região Sudeste	0,7654	0,8869	15,9%
Brasil	0,6954	0,8539	22,8%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009

Por sua vez, no ano de 2009, o Ceará desponta como o estado com a maior disponibilidade de recursos ou 0,8074 e, novamente, o estado de Alagoas com a menor ou 0,7158. De outra maneira, esta dimensão alerta expressamente um componente de destaque para a aplicação de políticas públicas de combate à pobreza e apoio à geração de renda, haja vista que renda é sempre o referencial primeiramente lembrado quando se analisa pobreza mesmo que numa visão multidimensional.

A seguir, segue o gráfico 9 de análise de tendência da dimensão de disponibilidade de recursos no ano 2001 e 2009 em que demonstra um aumento positivo para todos os estados Nordestinos, Região Sudeste e para o Brasil.

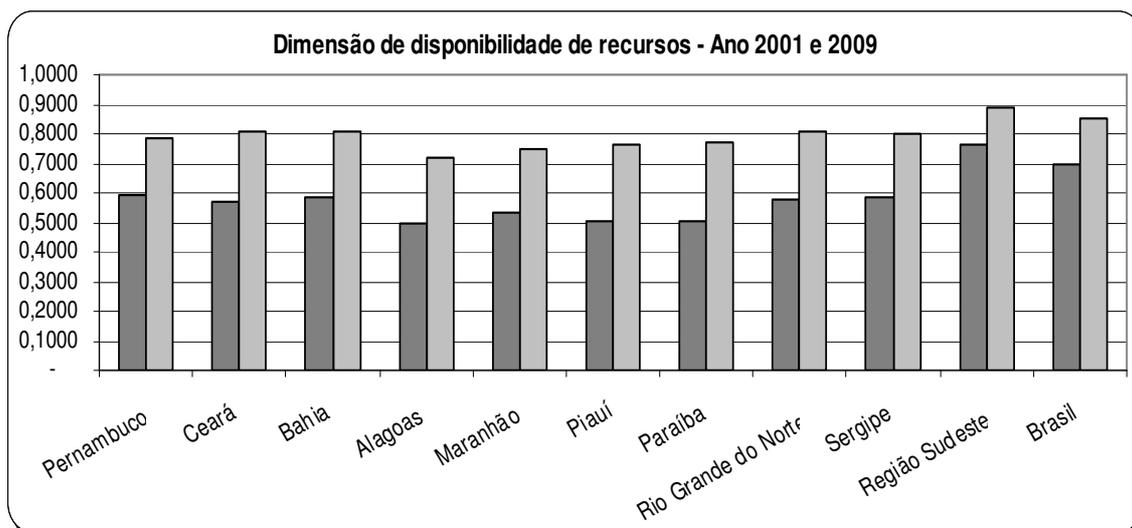


Gráfico 9: Dimensão de disponibilidade de recursos – Ano 2001 e 2009

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009, respectivamente

4.5.5 Dimensão do Desenvolvimento Infantil

Esta dimensão, tabela 24, considera os componentes de trabalho precoce, acesso à escola, progresso escolar e mortalidade infantil. Componentes, ditos fundamentais para o desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes nordestinos, além de projetar percepções futuras a serem perseguidas e atendidas. O estado do Rio Grande do Norte apresentou a maior dimensão em 2001 com 0,8709 e o estado do Maranhão a menor com 0,8094 com uma distância percentual de 7,60% entre os dois estados.

Tabela 24: Dimensão de desenvolvimento infantil - Ano 2001 e 2009

Estados	Resultados 2001	Resultados 2009	Variação %
Pernambuco	0,8696 (2º)	0,9293 (1º)	6,9%
Ceará	0,8616 (5º)	0,9248 (2º)	7,3%
Bahia	0,8691 (4º)	0,9232 (3º)	6,2%
Alagoas	0,8373 (8º)	0,8999 (9º)	7,5%
Maranhão	0,8094 (9º)	0,9033 (8º)	11,6%
Piauí	0,8457 (7º)	0,9083 (7º)	7,4%
Paraíba	0,8549 (6º)	0,9211 (5º)	7,7%
Rio Grande do Norte	0,8709 (1º)	0,9215 (4º)	5,8%
Sergipe	0,8693 (3º)	0,9211 (6º)	6,0%
Região Sudeste	0,9115	0,9540	4,7%
Brasil	0,8884	0,9369	5,5%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009

Para os dados da PNAD 2009, por sua vez, o estado de Pernambuco apresenta a maior dimensão com 0,9293 e o estado de Alagoas com a menor dimensão de 0,8999 e uma diferença absoluta entre estes de 3,27%. O que revela uma maior proximidade entre os nove estados nordestinos no combate ao trabalho infantil, facilidade de acesso à escola e redução da mortalidade infantil.

Em uma análise geral, o gráfico 10 de análise de tendência da dimensão de desenvolvimento infantil no ano 2001 e 2009 revela um aumento de todos os resultados em 2009 comparando-os com os resultado iniciais de 2001.

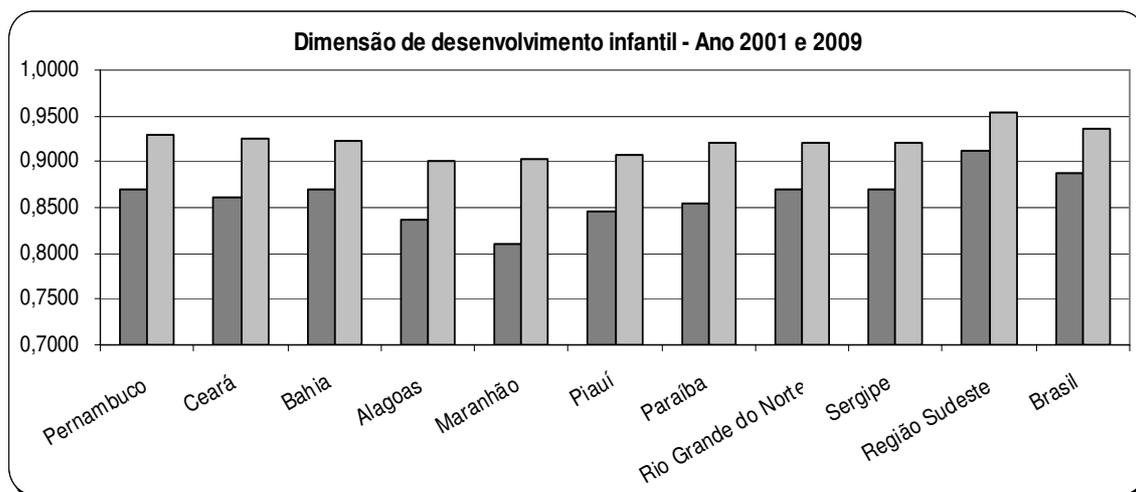


Gráfico 10: Dimensão de desenvolvimento infantil – Ano 2001 e 2009

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009, respectivamente

4.5.6 Dimensão de Condições Habitacionais

Esta dimensão, tabela 25, considera os componentes de propriedade, déficit habitacional, abrigabilidade, acesso à abastecimento de água, acesso à saneamento, acesso à coleta de lixo, acesso à energia elétrica e a bens duráveis.

Neste sentido, o estado de Pernambuco com 0,8020 e o estado do Maranhão com 0,6276 representam, respectivamente, a maior e a menor dimensão com base nos dados da PNAD 2001.

Tabela 25: Dimensão de condições habitacionais - Ano 2001 e 2009

Estados	Resultados 2001	Resultados 2009	Variação %
Pernambuco	0,8020 (1º)	0,8524 (3º)	6,3%
Ceará	0,7679 (6º)	0,8453 (4º)	10,1%
Bahia	0,7796 (3º)	0,8583 (2º)	10,1%
Alagoas	0,7267 (7º)	0,7702 (7º)	6,0%
Maranhão	0,6276 (9º)	0,7342 (9º)	17,0%
Piauí	0,6577 (8º)	0,7365 (8º)	12,0%
Paraíba	0,7734 (4º)	0,8365 (5º)	8,2%
Rio Grande do Norte	0,7691 (5º)	0,8246 (6º)	7,2%
Sergipe	0,7956 (2º)	0,8628 (1º)	8,4%
Região Sudeste	0,8922	0,9313	4,4%
Brasil	0,8132	0,8602	5,8%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009

Por sua vez, com base em dados da PNAD 2009, o estado de Sergipe agora apresenta a maior dimensão com 0,8628 e, mais uma vez, o estado do Maranhão apresenta a menor dimensão com 0,7342, embora 16,99% maior que os dados calculados no ano de 2001. Por fim, o gráfico 11 de análise de tendência da dimensão de condições habitacionais no ano 2001 e 2009 demonstra uma melhoria geral em todos os estados Nordesteiros.

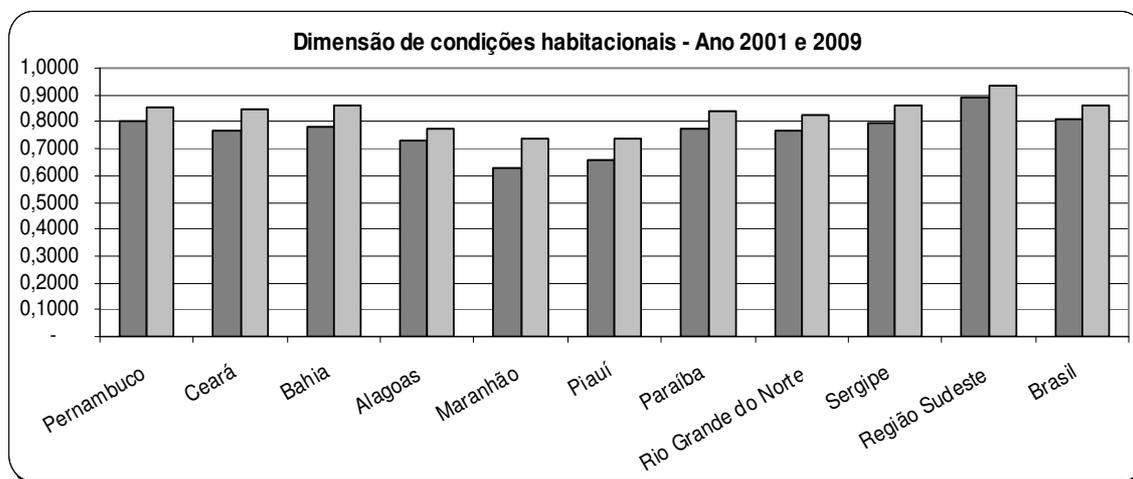


Gráfico 11: Dimensão de condições habitacionais – Ano 2001 e 2009

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009, respectivamente

Felizmente, a proporção de domicílios com condições sanitárias adequadas aumentou e este componente constitui uma das principais carências nacionais juntamente com acesso à água tratada e à coleta de lixo que, para estes últimos, também houve um incremento nos últimos anos.

4.6 Análise da Pobreza Multidimensional

Analisando o retrato da pobreza inicialmente sob o ponto de vista unidimensional no Brasil, aqui representado no gráfico 12, conforme dados do IBGE, e considerando o crescimento acumulado da renda nacional de 2001 a 2009 pela população e dividindo em faixas de 10% do total da renda de maneira absoluta, dos mais pobres aos mais ricos; em nove anos, a renda dos 10% mais pobres cresceu 69,08% enquanto que a renda dos 10% mais ricos aumentou 12,80%.

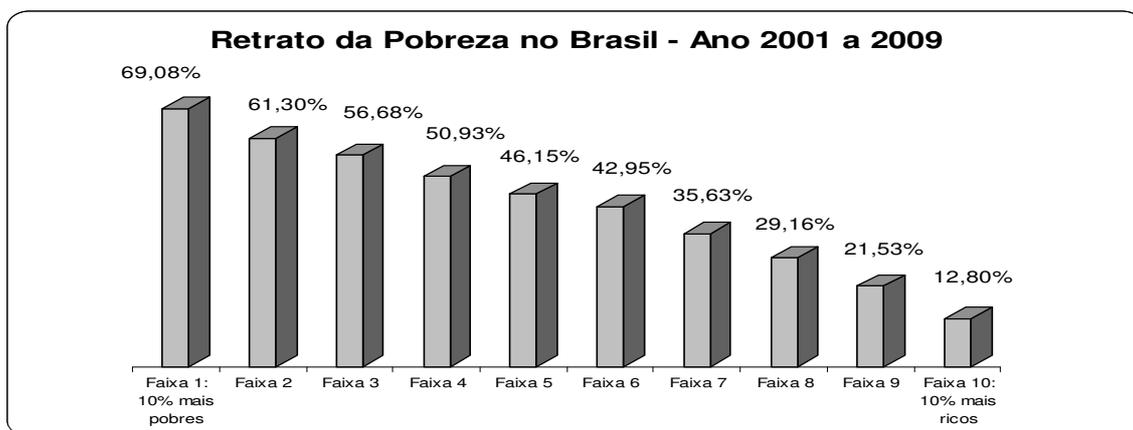


Gráfico 12: Retrato da Pobreza no Brasil – Ano 2001 a 2009

Fonte: IBGE – Contas Regionais 2009

O nordeste, por sua vez, encerra o período de análise, com base em dados da PNAD nos anos de 2001 e 2009, com resultado positivo no combate à pobreza sob o ponto de vista multidimensional. Notadamente, com a diminuição da pobreza, as famílias conseguem melhorar aos poucos a condição de vida.

Analisando os nove estados da região com base na tabela 26, constata-se facilmente que o crescimento médio do indicador sintético de pobreza multidimensional ficou em exatos 22,89% no período considerado, com destaque para o estado do Piauí que cresceu 25,7% e para o estado de Alagoas que cresceu 19,7% apresentando, respectivamente, o maior e o menor crescimento percentual do período.

Novamente na tabela 26, destacam-se cuidadosamente os resultados obtidos para os dois períodos mensurados e a variação percentual para cada estado da região Nordeste e para o Brasil.

Tabela 26: Indicador sintético de pobreza da região Nordeste - Ano 2001 e 2009

Estados	Resultados 2001	Resultados 2009	Variação %
Pernambuco	0,6168 (1º)	0,7413 (5º)	20,2%
Ceará	0,6057 (4º)	0,7522 (1º)	24,2%
Bahia	0,6079 (3º)	0,7505 (2º)	23,5%
Alagoas	0,5670 (7º)	0,6787 (9º)	19,7%
Maranhão	0,5544 (9º)	0,6945 (8º)	25,3%
Piauí	0,5585 (8º)	0,7017 (7º)	25,7%
Paraíba	0,5815 (6º)	0,7174 (6º)	23,4%
Rio Grande do Norte	0,6046 (5º)	0,7423 (4º)	22,8%
Sergipe	0,6134 (2º)	0,7467 (3º)	21,7%
Região Sudeste	0,6931	0,8227	18,7%
Brasil	0,6536	0,7839	19,9%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009

Do mesmo modo, é importante perceber que praticamente todos os nove estados da região nordeste cresceram mais do que o Brasil, com exceção apenas do estado de Alagoas. Ainda com base nesta percepção, afirma-se que todos, agora sim, cresceram mais do que a região Sudeste, esta última que sempre fora o maior referencial por responder por mais de 50% da renda nacional.

Com estes resultados, mais uma vez, embora a região Sudeste e o Brasil ainda possuam o indicador sintético de pobreza multidimensional para o ano de 2009 maior que os estados nordestinos, conclui-se que a distância reduziu nestes últimos anos.

Não obstante, vale realçar que o estado do Ceará apresenta a primeira colocação no indicador sintético de pobreza multidimensional da região nordeste no ano de 2009, principalmente pelo esforço na superação da então quarta colocação no ano de 2001 e com crescimento de 196,9% para a dimensão de acesso ao conhecimento, 19,4% para acesso ao trabalho e 41,3% para disponibilidade de recursos, todos, comparados com os resultados obtidos com base nos dados da PNAD 2001.

A seguir, segue também o gráfico 13 que revela o crescimento para toda a região nordeste, a saber:

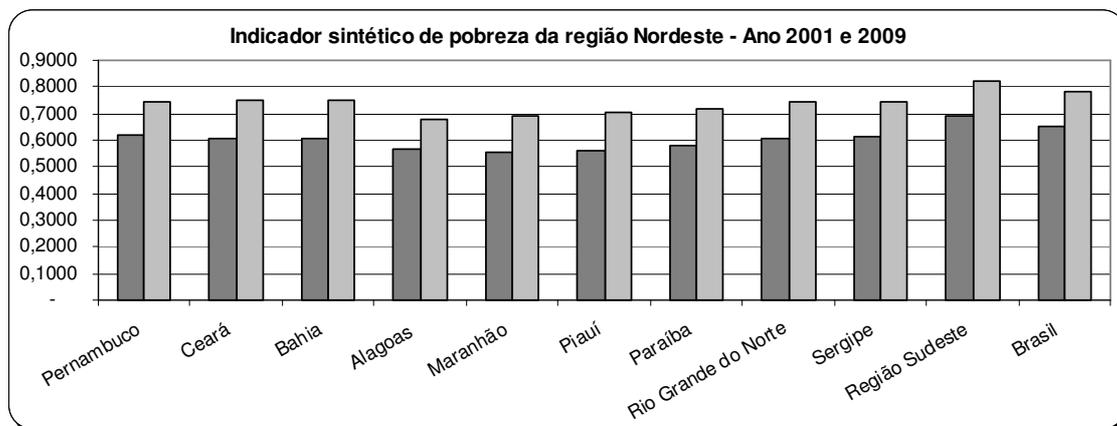


Gráfico 13: Indicador sintético de pobreza da região Nordeste – Ano 2001 e 2009

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001 e 2009, respectivamente

Vale destacar que o aumento do salário mínimo com índices percentuais maiores do que o da inflação tem contribuído também para a redução gradativa dos níveis de pobreza. Isto porque o salário mínimo constitui um dos componentes para reajuste salarial, beneficiando diretamente os salários menores e os rendimentos dos idosos. O crescimento do emprego formal também reforça esta diminuição.

É importante destacar ainda que a partir da década de 1990, o governo brasileiro começou a adotar medidas assistenciais, como a criação do seguro-desemprego e, posteriormente, com programas de auxílio luz, gás e alimentação para as famílias mais pobres. Contudo, embora os indicadores sintéticos de pobreza revelem que a pobreza extrema diminuiu no nordeste, eliminá-la exige mais ações de políticas públicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar as evidências sobre a pobreza no nordeste brasileiro a partir das seis dimensões multidimensionais e com base em dados da PNAD nos anos de 2001 e 2009. Neste sentido, calculou e comparou os estados com maior índice sintético de pobreza multidimensional e analisou cuidadosamente cada dimensão, a fim de perceber a evolução e vulnerabilidade de cada um dos nove estados nordestinos com o objetivo final de diagnosticar quais destes merecem mais atenção nas políticas públicas.

Os resultados indicam que a região e seus estados apresentaram sensível redução na pobreza multidimensional, embora haja grande variação de desempenho entre as dimensões.

Nesse sentido, é importante destacar que em termos percentuais o indicador sintético de pobreza multidimensional da região nordeste, para este período de nove anos, cresceu 22,89% enquanto que o mesmo indicador para o Brasil cresceu 19,94% no mesmo período. Os resultados revelam que houve uma redução da distância da média nacional com 0,7839 (2009) frente à média nordeste com 0,7376 (2009) que atingiu 6,28% (2009) e que inicialmente era de 8,90% entre os mesmos indicadores sintéticos em 2001.

Por sua vez, entre as seis dimensões consideradas, o acesso ao conhecimento realmente desponta como a dimensão com maior crescimento percentual com praticamente o dobro dos resultados no ano de 2009 se comparados com o ano de 2001; por sua vez, as dimensões de acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais também cresceram em termos absolutos, mas de forma mais moderada. Ainda, a dimensão de ausência de vulnerabilidade, por sua vez, teve uma redução mínima no período considerável, mas com destaque para a satisfação das necessidades básicas das famílias com a presença cada vez maior dos idosos que ficaram um pouco mais ausentes.

Do mesmo modo, vale destacar que os estados da região nordeste que apresentaram maior progresso percentual em relação à média de crescimento foram Ceará, Bahia, Maranhão, Paraíba e Piauí, liderado por este último. No outro lado, os estados do Rio Grande do Norte, Sergipe, Pernambuco e Alagoas, em que este último apresentou o menor crescimento no intervalo considerado.

Por fim, A metodologia adotada permite, a partir da utilização de uma abordagem multidimensional da pobreza, o cálculo de um indicador sintético de pobreza multidimensional para a região nordeste, notadamente, fornece uma medida de acompanhamento conjunto a cerca de constatar se as metas estão sendo perseguidas e superadas pelos estados da região.

É de se esperar que a elevação absoluta destas dimensões permita um aumento gradativo da capacidade de transformação nas diversas esferas sociais e que a pobreza, sob o ponto de vista multidimensional, possa ser combatida continuamente e sobre vários aspectos.

REFERÊNCIAS

- ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. NBR 14724: Informação e documentação: Projeto de pesquisa: Apresentação. Rio de Janeiro, 2005;
- Sen, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010;
- Anand, S. e A. Sen. **Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective**. New York: Human Development Papers, United Nations Development Programme, 1997;
- Azevedo, J. P. **Avaliando a significância estatística da queda na desigualdade no Brasil**. In: Barros, R. P. de; Foguel, M. N.; Ulyssea, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro; IPEA, 2007;
- Barros, R., Carvalho, M. **Utilizando o Cadastro Único para construir indicadores sociais**. 2002, mimeo;
- Barros, R., Carvalho M., Franco, S. **O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. 2003, Texto para discussão nº 986;
- Blanchard, O. **Macroeconomia**, Rio de Janeiro - Editora Campus, 1999;
- Chakravarty, S. D. Mukherjee e R. Ranade. **On the Family of Subgroup and Factor Decomposable Measures of Multidimensional Poverty, Reserch on Economic Inequality** 8, 175-94, 1983;
- Fava, V.L. **Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1984;
- Ferreira, F.H.G., Leite, P.G., Litchfield, J. A., Ulyssea, G. **Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil**. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.147-171, junho 2006;
- Foster, J.J. Greer e E. Thorbecke. **A Class of Decomposable Poverty Measures**, *Econometrica*, 52 (3): 761-5, 1984;
- Gremaud, A. P. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2012;
- Hagenaars, A.; De Vos, K. **The definition and measurement of poverty**. *The Journal of Human Resources*, v.23, n.2, p.211-221, Spring 1988;
- Henriques, R. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000;
- Hoffman, R. **Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil**. In: Henriques, R. O. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.81-107;
- Hoffman, R. **A distribuição de renda no Brasil no período de 1992-2001**. In: *Economia e Sociedade*, n. 2, 2002;

Hoffman, R. **Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004**. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.55-81, junho 2006;

Pochmann, M. **O trabalho sob o fogo cruzado**. São Paulo, Contexto, 1999;

Rocha, S. **Pobreza no Brasil: fatos básicos e implicações para política social**. In: *Economia e Sociedade*, n.6, p.141-152, 1996;

Rocha, S. **Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto**. In: *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 34, n.1, jan-mar, 2003;

Sen, A. **Poor, relatively speaking**. *Oxford Economic Papers*, v.35 n.1, p.153-169, Mar.1983;

Silveira Neto, R. M e Gonçalves, M.C. **Mercado de Trabalho, Transferências de Renda e Evolução da Desigualdade de Renda no Nordeste do Brasil entre 1995 e 2005**, mimeo. UFPE, 2007;

Soares, S. **Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004**. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.83-115, junho 2006;

The World Bank. **World Development Report 1990**. Oxford university Press, 1990.

FIGURA



Figura 1: Mapa Geográfico do Nordeste Brasileiro

Fonte: IBGE, 2012.

APÊNDICE A

Indicadores sintéticos de pobreza multidimensional \underline{S} para todos os nove estados nordestinos no ano de 2001 e com base em dados da PNAD 2001, tabela 27 até tabela 35, também conhecido como Índice de Desenvolvimento Familiar, segundo trabalho desenvolvido por Barros, Carvalho e Franco (2003) e elaborados pelo autor, a saber:

Tabela 27: Pernambuco - Ano 2001

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7454
Acesso ao conhecimento	0,2207
Acesso ao trabalho	0,4737
Disponibilidade de recursos	0,5893
Desenvolvimento infantil	0,8696
Condições habitacionais	0,8020
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,6168

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

Tabela 28: Ceará - Ano 2001

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7397
Acesso ao conhecimento	0,2143
Acesso ao trabalho	0,4792
Disponibilidade de recursos	0,5713
Desenvolvimento infantil	0,8616
Condições habitacionais	0,7679
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,6057

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

Tabela 29: Bahia - Ano 2001

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7470
Acesso ao conhecimento	0,2098
Acesso ao trabalho	0,4590
Disponibilidade de recursos	0,5827
Desenvolvimento infantil	0,8691
Condições habitacionais	0,7796
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,6079

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

Tabela 30: Alagoas - Ano 2001

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7373
Acesso ao conhecimento	0,1830
Acesso ao trabalho	0,4213
Disponibilidade de recursos	0,4965
Desenvolvimento infantil	0,8373
Condições habitacionais	0,7267
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,5670

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

Tabela 31: Maranhão - Ano 2001

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7279
Acesso ao conhecimento	0,1899
Acesso ao trabalho	0,4413
Disponibilidade de recursos	0,5304
Desenvolvimento infantil	0,8094
Condições habitacionais	0,6276
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,5544

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

Tabela 32: Piauí - Ano 2001

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7328
Acesso ao conhecimento	0,1820
Acesso ao trabalho	0,4296
Disponibilidade de recursos	0,5029
Desenvolvimento infantil	0,8457
Condições habitacionais	0,6577
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,5585

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

Tabela 33: Paraíba - Ano 2001

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7300
Acesso ao conhecimento	0,1913
Acesso ao trabalho	0,4349
Disponibilidade de recursos	0,5047
Desenvolvimento infantil	0,8549
Condições habitacionais	0,7734
Indicador sintético de pobreza <u>S</u>	0,5815

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

Tabela 34: Rio Grande do Norte - Ano 2001

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7437
Acesso ao conhecimento	0,2065
Acesso ao trabalho	0,4629
Disponibilidade de recursos	0,5746
Desenvolvimento infantil	0,8709
Condições habitacionais	0,7691
Indicador sintético de pobreza <u>S</u>	0,6046

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

Tabela 35: Sergipe - Ano 2001

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7502
Acesso ao conhecimento	0,2073
Acesso ao trabalho	0,4738
Disponibilidade de recursos	0,5842
Desenvolvimento infantil	0,8693
Condições habitacionais	0,7956
Indicador sintético de pobreza <u>S</u>	0,6134

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2001

APÊNDICE B

Indicadores sintéticos de pobreza multidimensional \underline{S} para todos os nove estados nordestinos no ano de 2009 e com base em dados da PNAD 2009, tabela 36 até tabela 44, também conhecido como Índice de Desenvolvimento Familiar, segundo trabalho desenvolvido por Barros, Carvalho e Franco (2003) e elaborados pelo autor, a saber:

Tabela 36: Pernambuco - Ano 2009

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7359
Acesso ao conhecimento	0,6247
Acesso ao trabalho	0,5225
Disponibilidade de recursos	0,7828
Desenvolvimento infantil	0,9293
Condições habitacionais	0,8524
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,7413

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

Tabela 37: Ceará - Ano 2009

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7278
Acesso ao conhecimento	0,6362
Acesso ao trabalho	0,5720
Disponibilidade de recursos	0,8074
Desenvolvimento infantil	0,9248
Condições habitacionais	0,8453
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,7522

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

Tabela 38: Bahia - Ano 2009

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7354
Acesso ao conhecimento	0,6242
Acesso ao trabalho	0,5569
Disponibilidade de recursos	0,8049
Desenvolvimento infantil	0,9232
Condições habitacionais	0,8583
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,7505

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

Tabela 39: Alagoas - Ano 2009

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7227
Acesso ao conhecimento	0,5001
Acesso ao trabalho	0,4636
Disponibilidade de recursos	0,7158
Desenvolvimento infantil	0,8999
Condições habitacionais	0,7702
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,6787

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

Tabela 40: Maranhão - Ano 2009

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7105
Acesso ao conhecimento	0,5612
Acesso ao trabalho	0,5093
Disponibilidade de recursos	0,7484
Desenvolvimento infantil	0,9033
Condições habitacionais	0,7342
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,6945

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

Tabela 41: Piauí - Ano 2009

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7293
Acesso ao conhecimento	0,5450
Acesso ao trabalho	0,5297
Disponibilidade de recursos	0,7616
Desenvolvimento infantil	0,9083
Condições habitacionais	0,7365
Indicador sintético de pobreza \underline{S}	0,7017

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

Tabela 42: Paraíba - Ano 2009

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7202
Acesso ao conhecimento	0,5603
Acesso ao trabalho	0,4972
Disponibilidade de recursos	0,7690
Desenvolvimento infantil	0,9211
Condições habitacionais	0,8365
Indicador sintético de pobreza <u>S</u>	0,7174

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

Tabela 43: Rio Grande do Norte - Ano 2009

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7335
Acesso ao conhecimento	0,6038
Acesso ao trabalho	0,5658
Disponibilidade de recursos	0,8046
Desenvolvimento infantil	0,9215
Condições habitacionais	0,8246
Indicador sintético de pobreza <u>S</u>	0,7423

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009

Tabela 44: Sergipe - Ano 2009

Dimensões	Resultados
Ausência de vulnerabilidade	0,7403
Acesso ao conhecimento	0,5967
Acesso ao trabalho	0,5558
Disponibilidade de recursos	0,8033
Desenvolvimento infantil	0,9211
Condições habitacionais	0,8628
Indicador sintético de pobreza <u>S</u>	0,7467

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados PNAD 2009